



MARKADO DE  
CAPITAIS  
CVM

**RELATÓRIO  
ANUAL  
2012**



## Índice

Mensagem do PCA	página 5
Missão e Visão	página 6
Estrutura Funcional	página 8
Alta Direcção	página 10
Enquadramento Económico e Financeiro	página 12
Economia Mundial	página 13
Mercados Financeiros Mundiais	página 14
Economia Nacional	página 16
Enquadramento Empresas Angolanas	página 17
A CMC e o Mercado de Valores Mobiliários	página 19
Dinamização dos Mercados	página 20
Regulação	página 21
Supervisão	página 22
Balanço de Operações de Registo e Autorização	página 22
Comunicação Institucional	página 23
Cooperação	página 24
Compliance e Controlo Interno	página 25
Recursos Humanos	página 26
Desempenho Financeiro	página 32
Demonstrações Financeiras	página 37
Relatório de Auditoria	página 48
Mensagens da Equipa	página 50



Archer Manguera

Presidente do Conselho de Administração

# Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Neste momento de balanço, falar sobre a actividade da Comissão do Mercado de Capitais durante o ano de 2012 e sobre o seu papel no desenvolvimento do mercado de valores mobiliários e derivados em Angola exige uma abordagem preliminar ao actual contexto do País e ao que o mesmo representa ao nível regional e global em termos de potencial económico. E é facto que contamos com solos extremamente ricos, onshore e offshore; dispomos de vastas extensões de terra fértil; recursos hídricos abundantes; um mar rico em pescado e nutrientes e uma população predominantemente jovem.

A optimização de todos estes recursos confronta-nos com enormes desafios, nomeadamente, a necessidade de transformar todo este potencial em riqueza e bem-estar; a necessidade de fazer com que a explosão populacional seja o “dividendo demográfico” que estimula o crescimento económico e a urgência de tornar a “atração pela cidade” num motor do progresso, sendo que em economias de base contratual, como é a nossa, são os capitais que dinamizam o mercado de trabalho.

Por isso, gerar endogenamente capitais, captá-los, reuni-los em volumes adequados e mobilizá-los para a valorização do território e da população é o caminho mais seguro para o desenvolvimento.

E foi com os olhos postos na materialização deste propósito que o Titular do Executivo procedeu, em Fevereiro de 2012, à nomeação do primeiro Conselho de Administração da CMC e referiu no seu discurso de tomada de posse do Governo “o papel fundamental do mercado de capitais como fonte alternativa de financiamento da economia”, ao qual a CMC se alinou através do seu Plano Estratégico 2012 - 2017, submetido e aprovado em Agosto de 2012 pelo Titular do Poder Executivo e pela Comissão Económica do Conselho de Ministros. O referido Plano tem como pressuposto base a criação de condições essenciais para o desenvolvimento do mercado secundário de dívida pública, da dívida corporativa, e para a gestão dos organismos de investimento colectivo.

Importa referir que estas prioridades do nosso Governo estão em sintonia com os objectivos estratégicos do Comité da Organização Internacional das Comissões de Valores

(OICV, sigla em inglês IOSCO) para os mercados emergentes, em 2012, e que são expressos pela ênfase na diminuição da predominância do sector bancário e no fortalecimento do governo das sociedades através do desenvolvimento do financiamento das pequenas e média empresas e do mercado de obrigações.

Assim sendo, o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários assegura estes objectivos, quer do Governo, quer do Comité da IOSCO para os Mercados Emergentes, e é missão da CMC que sejam construídos numa base sólida e sustentada, possível apenas por intermédio de uma acção reguladora e supervisora eficiente, orientada por padrões internacionais, e voltada para a protecção dos investidores.

É, assim, nosso propósito a criação de instrumentos regulatórios ou de autorregulação, princípios voluntários de governo das sociedades, para além do estipulado no código das sociedades comerciais ou lei de valores mobiliários; prestação de informação, incluindo contabilística, de acordo com os padrões internacionais de IAS/IFRS; prevenção dos comportamentos abusivos de utilização de informação privilegiada e manipulação de mercado. Temos, igualmente, o propósito de nivelar o grau de conhecimento dos operadores de mercado, assim como dos investidores, sejam eles institucionais ou particulares, como os pequenos aforradores, através da concepção de um ambicioso programa de literacia financeira.

Em conclusão e reafirmando o princípio orientador do Executivo e do Comité Executivo dos Mercados Emergentes da IOSCO, o mercado de valores mobiliários em Angola é irreversível e a sua operacionalização depende obviamente da acção regulatória da CMC, mas, fundamentalmente, dos investimentos que os Intermediários Financeiros existentes ou futuros devem realizar para estarem aptos a prestar serviços financeiros eficientes e cumpridores dos padrões internacionais subjacentes a mercados de valores mobiliários regulados.

A CMC está e pretende continuar a envidar esforços visando criar e reforçar a sua capacidade de supervisão das Instituições, mantendo sempre presente a missão basilar de assegurar a segurança jurídica e a legítima confiança dos investidores.



The background features a close-up, slightly blurred view of a clock face with Roman numerals and a pen nib resting on a surface. The clock face is light-colored with dark numerals, and the pen nib is dark and pointed. The overall image has a soft, artistic quality.

# **Missão e Visão**

A Comissão do Mercado de Capitais é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que actua de forma independente na prossecução das suas atribuições, sem prejuízo das formas de controlo da sua actividade que resultem da lei.

Para além das demais funções que lhe sejam atribuídas por lei, constituem atribuições da CMC a regulação, a supervisão, a fiscalização e a promoção do mercado de capitais e das actividades que envolvam todos os agentes que nele intervenham, directa ou indirectamente, tendo em vista a realização dos seguintes objectivos: proteger os investidores; assegurar a eficiência, o funcionamento regular e a transparência do mercado de capitais; e prevenir o risco sistémico. É igualmente missão da CMC assessorar o Executivo e o Ministro das Finanças, a pedido destes ou por iniciativa própria, em todas as matérias relacionadas com o mercado de capitais.

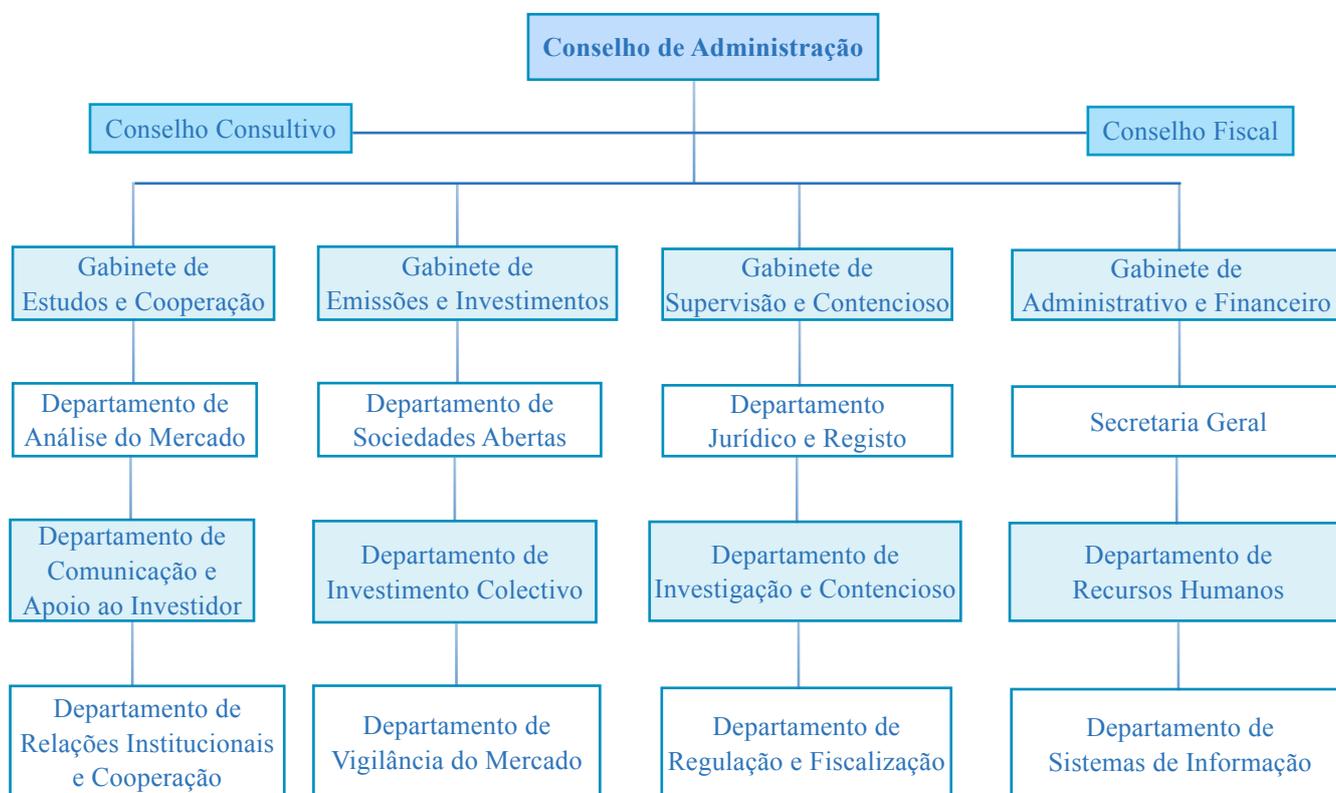
Na prossecução das suas atribuições de promoção do desenvolvimento do mercado, compete à CMC contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais e, em especial, desenvolver, incentivar, ou patrocinar, por si própria, ou em colaboração com outras entidades, estudos, publicações, acções de formação e outras iniciativas semelhantes destinadas a estimular a aplicação da poupança em valores mobiliários, a inclusão e a literacia financeira; a fomentar a expansão ordenada e a integração do mercado de capitais e o constante aperfeiçoamento e modernização das suas estruturas e sistemas operacionais, práticas comerciais, eficiência, transparência e credibilidade; e a difundir e esclarecer, junto de todos os agentes que no mercado intervêm, as normas legais, regulamentares, deontológicas, operacionais e técnicas que regem a estrutura e funcionamento dos mercados referidos.

A CMC deverá cooperar activamente com outras autoridades nacionais que exerçam funções de regulação e supervisão do sistema financeiro, em particular no que respeita à prevenção do risco sistémico. Compete igualmente à CMC assegurar a cooperação com as autoridades congéneres de outros Estados e a participação em organizações internacionais relacionadas com o mercado de capitais e com o sistema financeiro em geral, trocando as informações necessárias e cumprindo todas as obrigações delas derivadas.

The background of the slide features a close-up, slightly blurred image of a clock face with Roman numerals and a pen nib resting on a surface. The clock face is on the right side, and the pen nib is positioned diagonally across it. The overall tone is muted and professional.

# **Estrutura Funcional**

A estrutura orgânica da CMC previstas nos estatutos (Decreto nº9/05) pode ser visualizada na figura abaixo.



**Figura 1: Estrutura Orgânica da CMC**

Os Departamentos previstos na estrutura acima foram reconvertidos em estruturas provisórias, sob a denominação de Grupos de Trabalho, visando conferir à CMC maior flexibilidade e capacidade de resposta face aos desafios internos e externos.

Contudo, e não obstante o facto da estrutura de Grupos de Trabalho estar mais direccionada para a implementação do Plano Estratégico 2012-2017, verificou-se, no âmbito da consultoria à política de Recursos Humanos da instituição, que existem ainda algumas indefinições na execução de determinadas tarefas, nomeadamente:

- Ausência de clarificação do processo de investigação operacional (i.e. áreas de supervisão versus uma estrutura centralizada);
- Definição de fronteiras claras entre o Serviço Jurídico Interno da área de Contencioso;
- Ausência de clarificação das responsabilidades dos Serviços Gerais, ao nível do processo de contratação de serviços de consultoria especializada;
- Ausência de clarificação do papel da unidade de Compliance e Controlo Interno;
- Inexistência de estrutura(s) voltadas à dinamização e promoção do mercado.

Nesta senda, propusemo-nos reestruturar o nosso estatuto orgânico e a estrutura a ele associado, visando não somente alinharmos-nos àqueles que são os princípios da IOSCO, mas também assegurarmos que temos uma estrutura e regras de funcionamento que nos permitam cumprir mais eficazmente a nossa missão de reguladores, supervisores e promotores do mercado de valores mobiliários e derivados em Angola, em nome da segurança jurídica e da legítima confiança dos participantes deste mercado.

The background of the slide features a close-up, slightly blurred image of a hand holding a pen, poised to sign a document. A large, faint 'X' is visible on the paper, suggesting a signature or approval. The overall color palette is light and professional, with a prominent blue horizontal band across the middle.

# **Alta Direcção**

## Conselho de Administração



### Archer Mangureira - Presidente do Conselho de Administração

Assegura a coordenação geral da actividade da CMC e delega nos administradores executivos a gestão corrente de determinadas áreas da instituição mediante atribuição de pelouros. É ainda sua responsabilidade, representar a CMC em actos de qualquer natureza; convocar e presidir o CA e o Conselho Consultivo e dirigir o seu funcionamento; solicitar a convocação, quando achar necessário, do Conselho Fiscal; decidir e praticar todos os actos que não possam, pela sua natureza e urgência, aguardar a reunião do CA para a respectiva deliberação, de que caibam na competência daquele Conselho.

### Mário Nascimento - Gabinete de Administração e Finanças

Assegura a coordenação geral do Gabinete Administrativo e Financeiro, responsável pelo estabelecimento e controlo de procedimentos administrativos; pela gestão do relacionamento administrativo com entidades externas; pela organização dos circuitos de informação; pela gestão e execução da política financeira e contabilística da instituição; pela elaboração e controlo do orçamento da instituição; pela elaboração de relatórios financeiros e do relatório e contas; pela implementação da política de Recursos Humanos da instituição; pela concepção e implementação do plano de recrutamento, retenção de quadros e avaliação de desempenho; pela gestão e implementação da política de tecnologias de informação; pela realização de diagnósticos e auditorias aos sistemas de informação e pela apresentação de relatórios que reportam a segurança informática da instituição.

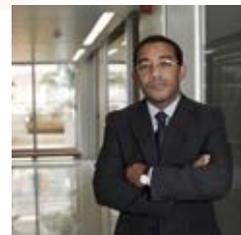


### Patrício Vilar - Gabinete de Emissões e Investimentos

Assegura a coordenação geral do Gabinete de Emissões e Investimentos, responsável pela dinamização dos mercados; pela concepção das bases técnicas da política regulatória dos diferentes segmentos de mercado; pela realização dos actos de supervisão prudencial dos organismos de investimento colectivo (OIC) e pelos actos de supervisão comportamental dos emitentes, dos OIC e dos restantes segmentos do mercado de valores mobiliários e derivados.

### Mário Gavião - Gabinete de Supervisão e Contencioso

Assegura a coordenação geral do Gabinete de Supervisão e Contencioso, responsável pela estruturação e coordenação de um programa anual de acompanhamento e fiscalização das instituições financeiras sob a alçada da supervisão da CMC; pela definição dos instrumentos legais e regulamentares de suporte à estruturação do mercado de capitais e, ao mesmo tempo, assegurar a eficiência das acções de supervisão das instituições financeiras e estruturas de mercado; pela concessão de suporte regulatório a todas as necessidades existentes na instituições neste domínio, assessorando ainda, o CA, nas solicitações de intervenção legislativa por parte dos órgãos legislativos; pela concessão de suporte jurídico toda a instituição, procurando assegurar a legalidade dos actos e contratos em que a CMC é parte.



### Vera Daves - Gabinete de Estudos e Cooperação



Assegura a coordenação geral do Gabinete de Estudos e Cooperação, responsável pela elaboração de estudos que visam dar suporte à tomada de decisão dos membros do Conselho de Administração (CA) e à actividade das diferentes áreas da CMC; pela produção de informação e disponibilização de know how interno; pela promoção de acções de cooperação local e internacional na CMC; pela concepção de acções de reforço da imagem institucional da CMC no país e no estrangeiro; pelo esboço e implementação de uma estratégia de divulgação interna e externa da CMC; pelo desenvolvimento e execução de um programa de Educação do Investidor e pelo estabelecimento de uma linha de comunicação aberta aos diferentes intervenientes do mercado, esclarecendo questões, atendendo reclamações e dando tratamento à queixas.

## Assessores do PCA

José Bento  
Pedro Pitta Groz

## Assistentes dos Administradores

Edgar Bartolomeu  
Edna Kambinda  
O'njoy Barros  
Ottoniel Santos

## Coordenadores

Carla Sousa  
Carlos Silva  
Hélder Cristelo  
Nádia Pinto  
Rui Livramento  
Sebastião Manuel  
Tânia Mendes  
Zacarias Neto



# **Enquadramento Económico e Financeiro**

## 1. Economia Mundial

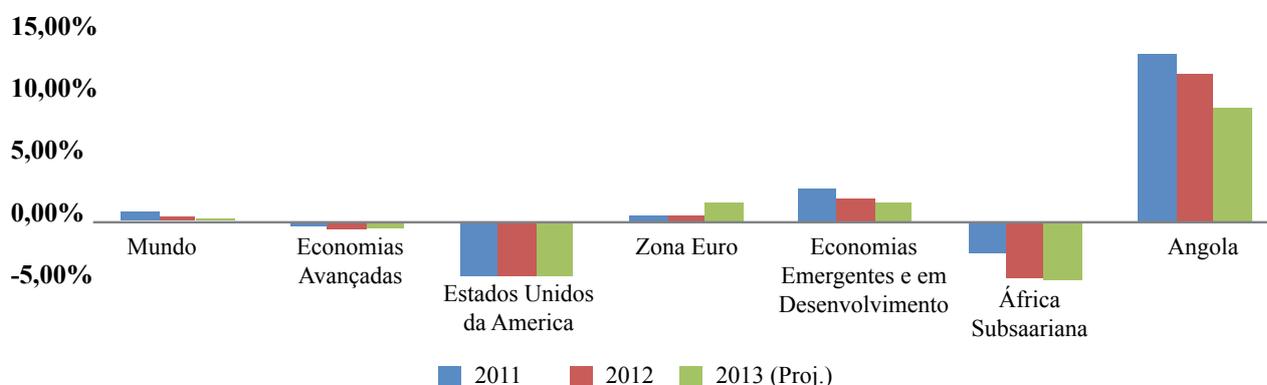
A economia mundial cresceu cerca de 3,20% em 2012, o que, nos parece razoável num ano em que a palavra “crise” foi mencionada forma recorrente. O FMI prevê um aumento do crescimento da economia mundial em 2013 de 3,2% para 3,5%. A maior economia do mundo, a norte-americana, cresceu pouco mais de 2,30%, confirmando sua tendência de gradual recuperação, iniciada em 2010, depois da recessão de 2009. A Zona do Euro manteve-se em recessão, em 2012, com queda no PIB de cerca de 0,4 %, para o conjunto dos países. A maior economia da zona da moeda única, a alemã, não chegou à recessão, mas seu crescimento foi de apenas 0,8 %.

A região da África Subsariana apresentou um PIB de 4,8% em 2012; as previsões do FMI apontam para que o PIB real cresça a uma taxa anual de 5,8% em 2013.

<b>Comportamento do PIB Global 2011-2013</b>			
<b>(Taxas reais de crescimento, em percentagem)</b>			
	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013 F</b>
<b>Mundo</b>	3,90%	3,20%	3,50%
<b>Economias Avançadas</b>	1,60%	1,30%	1,40%
<b>Estados Unidos da América</b>	1,80%	2,30%	0,00
<b>Zona Euro</b>	1,40%	-0,40%	-0,20%
<b>Economias Emergentes e em Desenvolvimento</b>	6,30%	5,10%	5,50%
<b>África Subsariana</b>	5,30%	4,80%	5,80%
<b>Angola</b>	3,50%	3,90%	7,40%

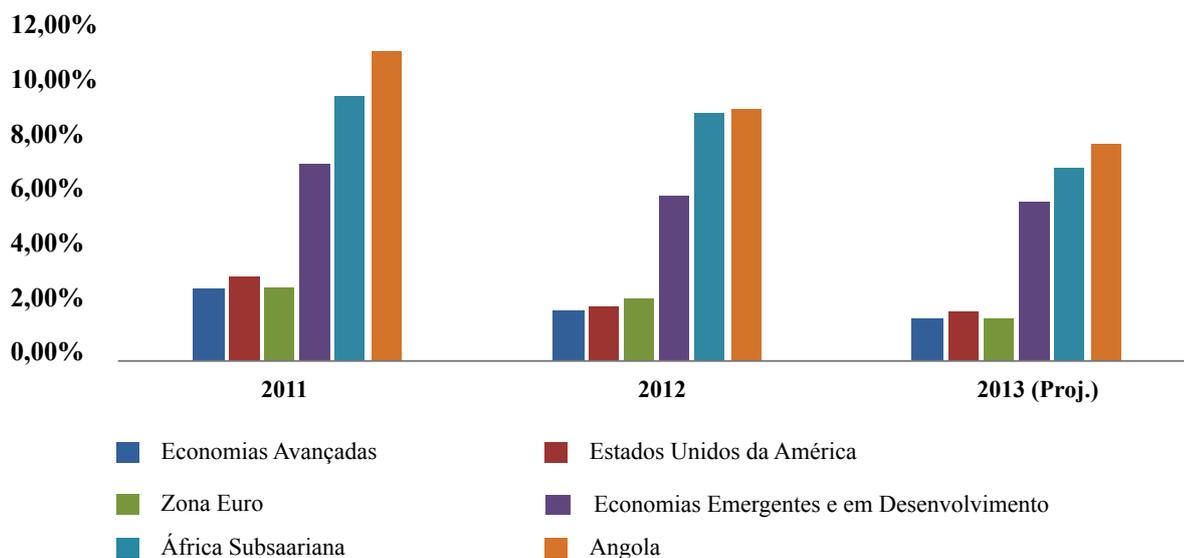
Fonte: FMI

### **Evolução do Saldo da Balança Comercial**



Fonte: FMI

## Evolução da Inflação



Fonte: FMI

As estatísticas do FMI dão conta de uma inclinação negativa na taxa de inflação nas economias emergentes e em desenvolvimento. A taxa de inflação para as economias desenvolvidas foi de 1,9 % em 2012, estando prevista uma taxa de 1,6 % em 2013. Nas economias emergentes e em desenvolvimento foi prognosticada uma inflação de 6,1% em 2012 e de 5,8% em 2013.

## 2. Mercados Financeiros Mundiais

### 2.1. Mercado das *Commodities*

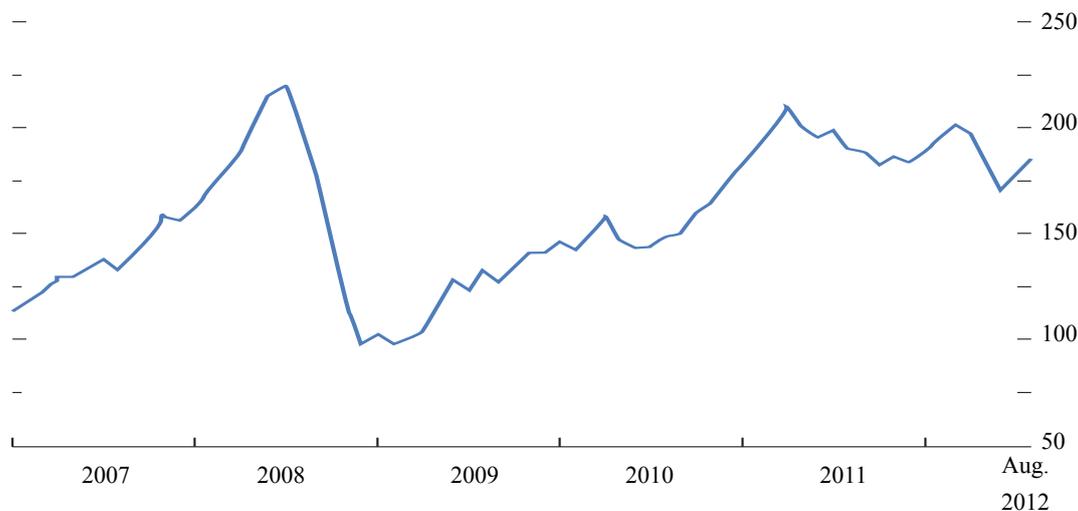
Depois de uma recuperação robusta durante 2009-10, o Índice de Preços de Produtos Primários (PCPI)<sup>2</sup> de acordo com o FMI, permaneceu essencialmente estável ao longo de 2011, tendo caído no segundo trimestre de 2012.

Entre os três grupos (energia, matérias primas e alimentos), os preços das commodities de energia e dos metais diminuíram durante o segundo trimestre cerca de 30 e 20%, respectivamente. Embora os preços dos metais tenham estabilizado durante o terceiro trimestre, os preços das commodities energéticas aumentaram acentuadamente mais uma vez, cerca de 13% (até Agosto). Os preços dos alimentos mantiveram-se estáveis até meados de Junho, tendo aumentado, desde então, em cerca de 10%.

O abrandamento no ritmo de crescimento dos países emergentes e em desenvolvimento, em particular da China, contribui em grande medida para as cotações das commodities, as quais registaram uma desvalorização de 1,2% no ano 2012. O segmento da energia representou 4,8% da queda média das commodities em geral, sendo que a queda da cotação do barril de petróleo (12,1%) foi a que mais contribui neste segmento.

<sup>2</sup>O PCPI é uma média ponderada dos preços de 51 *commodities* primárias, agrupada em três principais grupos.

### Índice das *Commodities*



Fonte: Índice de Preços de produtos primários do FMI

## 2.2. Mercado Obrigacionista

Os títulos de dívida pública norte-americanos e alemães, com maturidade de 10 anos, iniciaram e terminaram o ano abaixo dos 2%. O aumento da incerteza das eleições na Europa, concretamente na Itália, os cortes automáticos nas despesas públicas americanas e a perspectiva de que a política monetária continuará ultra - expansionista, beneficiaram os títulos dos mercados de refúgios. As flutuações a níveis historicamente baixos das yields das obrigações marcaram o ano de 2012. Por outro lado, relativamente à dívida corporativa, observou-se uma forte recuperação. Os spreads de crédito das obrigações investment grade diminuíram dos 178 para os 116 bps. O estreitamento de spreads foi ainda maior no segmento high yield, com uma redução dos 770 para os 463 bps. A procura por yield pelos investidores beneficiou, ainda, a dívida financeira, em particular a dívida subordinada dos bancos, cujas yields, medidas pelo índice da JP Morgan, diminuíram 821 bps, em 2012, para os 437 bps.

## 2.3. Mercado Accionista

Os principais índices mundiais registaram ganhos expressivos em 2012. Nos Estados Unidos, os índices S&P-500 e Nasdaq-100 valorizaram 12,4% e 15,4%, respectivamente. Na Europa, os índices Stoxx-600 e EuroStoxx-50 subiram 14,3% e 13,6%, respectivamente. A maior subida foi a do índice alemão DAX-30, que valorizou 28,8%, beneficiando do bom desempenho da economia alemã, relativamente às congéneres europeias, assente na competitividade do sector exportador. Estes ganhos não tiveram um comportamento linear durante o ano 2012, tendo-se concentrado no segundo semestre, após os anúncios do BCE e da FED, os quais adoptaram medidas no sentido de conter os riscos de contágio da crise financeira europeia.

Na Europa, os piores desempenhos foram os registados pelos mercados do sul, descontando as fracas perspectivas económicas no curto prazo, como são os casos dos mercados português e espanhol, cujos respectivos índices variaram 2,4% e -6,3%. Relativamente aos mercados emergentes e em desenvolvimento, destaque para o mercado turco (54,3%), que beneficiou da promoção do país ao clube de países com rating investment grade. Por seu turno, os grandes underperformers foram os mercados chinês (-2,2%), medido pelo índice Shanghai Composite) e brasileiro (5,0%), penalizados pelo arrefecimento das respectivas economias. Em média, os mercados emergentes valorizaram 9,9%, em 2012.

<b>Evolução do Mercados Accionistas Mundiais 2012 (%)</b>	
<b>DAX30</b>	28,8
<b>Nasdaq100</b>	15,4
<b>CAC40</b>	15,3
<b>S&amp;P500</b>	12,4
<b>MSCI World</b>	12,1
<b>FTSE100</b>	6,3
<b>PSI20</b>	2,4
<b>IBEX35</b>	-6,3
<b>ISE30 (Turquia)</b>	54,3
<b>MSCI FM África</b>	46
<b>Sensex 30 (Índia)</b>	25
<b>MSCI Emerging</b>	9,9
<b>Bovespa (Brazil)</b>	5
<b>MICEX (Rússia)</b>	4,3
<b>Shangai Comp. (China)</b>	-2,2

*Fonte: Banco Invest, Bloomberg*

### 3. Economia Nacional

Em 2012, a economia angolana cresceu em termos reais, 3,7%. O principal contributo para o crescimento da economia angolana tem sido proveniente do sector não petrolífero. Este sector registou uma taxa de expansão de 9,7% em 2011 e 9,1% em 2012 (de acordo o Plano Nacional de Desenvolvimento). Em 2012, e segundo o relatório de Fundamentação do OGE 2013, apresentaram-se como sectores mais dinâmicos, a energia, com uma taxa de crescimento real de 23,9% e a agricultura, com 13,9%. Os sectores de diamantes e outros e petrolífero apresentaram uma recuperação em 2012 na ordem de 9,0% e 4,3%, respectivamente.

Para 2013, as perspectivas apontam para aceleração da actividade económica em 7,4%, beneficiando sobretudo do esperado aumento dos níveis de exploração petrolífera na ordem de 6,6%, ao contrário dos sectores não petrolíferos onde se antecipa uma desaceleração na ordem de 7,3%.

Não obstante a quebra do preço médio do petróleo para os US\$ 103,8 por barril, o PIB nominal foi compensando com o aumento da produção diária do petróleo, a qual atingiu uma média de 1,8 milhões de barril/dia. Os aumentos da produção basearam-se no início de produção de gás natural liquefeito (LNG).

<b>Indicadores Económicos e Projecções, 2011-2013</b>			
	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013 F</b>
<b>Produto Interno Bruto real</b>	3,50%	3,90%	7,40%
<b>Sector Petrolífero</b>	-5,6%	4,3%	6,6%
<b>Sector não petrolífero</b>	9,7%	9,1%	7,3%
<b>Produção de Petróleo (milhões de barris/dia)</b>	1,66	1,8	1,84
<b>Preço do Petróleo Angolano (média, USD/barril)</b>	110,01	103,8	96
<b>IPC (Var y/y, fim de período)</b>	11,38%	9,20%	8,00%
<b>Saldo fiscal (% do PIB)</b>	10,6	7,7	n.d
<b>Comércio Externo</b>			
<b>Exportações (MMUS\$)</b>	17,3	17,8	n.d
<b>Importações (MMUS\$)</b>	5,7	11,03	n.d
<b>Reservas Internacionais líquidas (em milhões de USD)</b>	26.084,22	30.602,68	40.308,90
<b>Câmbio médio (AKZ/USD)</b>	95,282	95,826	96,3

*Fonte: Banco Invest, Bloomberg*

#### 4. Enquadramento Empresas Angolanas

O ambiente empresarial em Angola é desafiante. Situada na posição 172 de um total de 183 economias, Angola classifica-se abaixo de diversos outros países da África subsaariana no Índice Doing Business do Banco Mundial, que mede a facilidade para fazer negócios no sector privado. O Doing Business 2012 toca em temas como, obtenção de alvarás de construção, obtenção de acesso à electricidade, registo de propriedades, acesso ao crédito, pagamento de impostos, execução de contratos, resolução de insolvência de empresas e comércio além-fronteiras. Estes temas continuam a ter um papel fulcral no desenvolvimento do ambiente empresarial.

Em 2012, os responsáveis governamentais foram pródigos na intenção de apoiar e dinamizar o empresariado nacional com vista a minimizar (eliminar) os efeitos negativos relativamente àqueles temas supra citados. Este propósito tem sido materializado por via de projectos como o “ANGOLA INVEST”, iniciativa levada a cabo pelo Ministério da Economia.

Ainda sobre o propósito de melhorar a qualidade do tecido empresarial e com vista aumentar a eficiência do Estado no processo cobrança de imposto, o Executivo angolano tem emanado legislação avulsa que tem servido como medida disciplinadora na prestação de informação financeira por empresas financeiras e não financeiras. Embora o cumprimento desta legislação por parte das empresas em geral tenha melhorado face a anos anteriores, o domínio da divulgação da informação ainda pertence ao sector bancário.

O empresariado angolano encontra-se, em grande medida, atrelado à máquina estatal, reduzindo, de alguma maneira, o nível de empreendedorismo e inovação. Nesta base, é importante reconhecer os líderes dinâmicos que, não obstante as dificuldades conhecidas do país- os chamados “custos de contexto”, como as falhas de energia, água, transportes, logística, os preços elevados ou a falta de qualificação da mão-de-obra-, ousam correr riscos e lançar novos negócios.

Este reconhecimento vem ganhando corpo em eventos, como o Prémios Sirius, organizado por uma consultora. O evento visa dar visibilidade pública às empresas, empresários e gestores nacionais que mais se distinguem anualmente. O aparecimento desta iniciativa é um sinal de vitalidade do ambiente de negócios de um país.

The background of the slide features a close-up, slightly blurred image of a pen resting on a document. A large, circular stamp or seal is visible on the document, partially obscured by the pen. The overall color palette is light and professional, with a prominent blue horizontal band across the middle containing the title text.

# **A CMC e o Mercado de Valores Mobiliários**

## 5. Dinamização dos Mercados

### 5.1. Mercado de Dívida Pública

Visando a implementação de um novo Modelo, fomentador do mercado secundário, foi constituída uma comissão conjunta CMC / BNA, tendo sido atribuídas tarefas a três grupos de trabalho:

- **Grupo 1: Regulação**
  - Com a responsabilidade de:
    - Apresentar uma proposta de novas regras do mercado primário que permitam:
      - Conformar os novos operadores ao mercado primário (corretoras e distribuidoras);
      - Fomentar a existência de market makers.
    - Preparar uma proposta de regulamento para o mercado secundário de dívida pública.
- **Grupo 2: Numeração dos títulos**
  - Criado na sequência da necessidade de dar cumprimento às normas de codificação emanadas da ANNA (Codificação ISIN, ISO 6166), ficou com a responsabilidade de trabalhar na adequação dos títulos, às normas daquela organização, tendo concluído:
    - A proposta de numeração entretanto submetida à ANNA;
    - Os testes ao SIGMA para a codificação ISIN, estando em curso o desenvolvimento de um interface entre a plataforma de numeração e o SIGMA, por forma à que a numeração seja feita automaticamente.
- **Grupo 3: Supervisão**
  - Com a responsabilidade de definir os campos de acção dos supervisores e eventuais acções de supervisão conjunta sobre instituições financeiras bancárias que actuem no mercado de valores mobiliários, para além dos aspectos de supervisão do mercado de dívida pública, enquanto a infra-estrutura institucional do mercado primário se mantiver sob gestão do BNA.

Em 2013 pretende-se ter aprovados os regimes jurídicos que darão corpo às linhas gerais definidas acima com o BNA, bem como, ter aprovada e constituída a sociedade que irá gerir a infraestrutura de negociação e a central de valores mobiliários, por forma a que o mercado secundário de dívida pública arranque e se desenvolva de facto.

### 5.2. Mercado de Dívida Corporativa

No quadro da dinamização dos eixos prioritários do mercado de valores mobiliários, nomeadamente, mercado secundário de dívida pública e mercado de dívida corporativa, desenvolveu-se a proposta de modelo empresarial da sociedade gestora de mercados regulamentados e da Central de Valores Mobiliários, incluindo o faseamento da implementação da infra-estrutura institucional e tecnológica dos mercados de dívida, assim como a proposta de composição de uma comissão instaladora da referida sociedade gestora.

Igualmente relevante para a dinamização do mercado de dívida corporativa foi o arranque do projecto de criação de um manual de boas práticas de governação corporativa, no sentido de se acompanharem as empresas com potencial de emissão de dívida antes e depois das emissões.

### 5.3. Segmento dos Fundos de Investimento

Neste segmento, e porque já existem fundos de investimento constituídos e sociedades gestoras destes fundos em pleno funcionamento, propusemo-nos reforçar a nossa capacidade de supervisão prudencial e comportamental, mediante o esboço de um manual de supervisão e mediante a construção de um regime jurídico dedicado a regular a existência e o funcionamento dos organismos de investimento colectivo e das sociedades que os gerem.

Estes documentos foram produzidos sem prejuízo de novos pedidos de registo e autorização de fundos e sociedades serem submetidos à CMC, ainda que, sob avaliação e atenção redobrada da nossa parte, dada a iminente alteração do quadro regulatório sobre esta matéria.

Em 2013 pretende-se proceder à dinamização de um modelo que proporcione emissões regulares, assegurando-se preliminarmente:

- A normalização do mercado de balcão, no que se refere a todos os elementos indispensáveis à infra-estrutura subjacente à emissão de unidades de participação de fundos;
- O enquadramento regulatório necessário e suficiente, que inclua:
  - Regras sobre requisitos e formalidades das sociedades gestoras de fundos (projecto de regime jurídico produzido e submetido ao decisor legislativo),
  - Regras sobre os requisitos e formalidades das emissões de fundos (projecto de regime jurídico produzido e submetido ao decisor legislativo),
  - Regras sobre os requisitos e formalidades das entidades certificadoras dos peritos avaliadores de activos imobiliários,
  - Regras sobre os requisitos e formalidades das entidades avaliadoras de activos imobiliários,
  - Regras sobre os requisitos e formalidades dos consultores de investimento/ analistas financeiros)
- O licenciamento das operações e das entidades (continuidade); e
- A supervisão dos Fundos (continuidade).

### 5.4. Mercado de Acções

O Regime Jurídico das Sociedades Gestoras dos Mercados Regulamentados e Serviços Financeiros foi criado por forma a também acomodar o funcionamento do mercado de acções. De igual modo, o Regime Jurídico das Sociedades Corretoras e Distribuidoras também prevê que as mesmas transaccionem esta tipologia de valores mobiliários.

Foram igualmente realizadas visitas de trabalho a congéneres internacionais com vista ao estudo dos seus modelos de funcionamento no que ao mercado accionistadiz respeito. Em 2013, o projecto do código de boas práticas de governo das sociedades, os projectos de regimes das sociedades abertas, das ofertas públicas de aquisição e a própria revisão da LIF e da LVM constituirão algumas das acções que a CMC pretende levar a cabo em conjunto com os seus pares, em prol da promoção, implementação e dinamização deste mercado, em que o posicionamento e o interesse dos potenciais emitentes e investidores ditarão necessariamente o timing de arranque do mesmo.

### 5.5. Mercado de Mercadorias

Neste capítulo, serão iniciados em 2013 os estudos das geografias que constituem bons exemplos de implementação de uma bolsa de mercadorias e futuros. Pretende-se, igualmente, proceder a um diagnóstico da situação actual com vista a termos uma noção clara dos principais constrangimentos locais ao surgimento deste segmento de mercado, e iniciarmos o processo de concepção de um plano de médio e longo prazo voltado para a eliminação destes constrangimentos e obstáculos, em comunhão de esforços com outras entidades ministeriais, organizações, associações e organismos dedicados à promoção da produção nacional.

## 6. Regulação

Tendo em conta o Plano de Acção da CMC para 2012, a CMC deu continuidade ao programa estabelecido para a apresentação e discussão pública de um conjunto de ante-projectos de Decretos Legislativos Presidenciais, de suma importância para o eficaz funcionamento do mercado de capitais, bem como dos intermediários financeiros sujeitos à supervisão da CMC, nomeadamente:

- Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo;
- Regime Jurídico das Sociedades Corretoras e Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários;
- Regime Jurídico das Sociedades Gestoras dos Mercados Regulamentados e Serviços Financeiros;
- Regime Jurídico do Mercado Regulamentado de Dívida Pública Titulada.

Os referidos regimes foram remetidos para consulta pública e, na sequência da incorporação dos contributos recolhidos, submetidos ao decisor legislativo, tendo sido aprovados, já em 2013.

Adicionalmente, importa, ainda, referir que a CMC participa activamente no processo de revisão dos seguintes diplomas:

- **No âmbito do Despacho nº 2153/12 MINFIN de 5 de Outubro**

- Lei dos Valores Mobiliários
- Lei das Instituições Financeiras
- Lei -quadro da Emissão e Gestão da Dívida Pública

- **Estatuto Orgânico da CMC da CMC e respectivo Decreto de aprovação.**

Para o ano 2013, espera-se um forte desempenho regulatório por parte da CMC, no que concerne à definição das regras técnicas necessárias à boa aplicação dos regimes jurídicos aprovados. Neste sentido, constituem diplomas a priorizar em 2013, os que elencamos abaixo :

- Mercado Primário de Títulos Públicos;
- Mercado de Balcão;
- Contravenções no Mercado de Capitais;
- Registo de Peritos e Avaliadores Imobiliários;
- Registo de Auditores;
- Registo e Emissão de Obrigações;
- Ofertas Públicas;
- Sociedades de Investimento;
- Sociedades Abertas;
- Sociedades Gestoras de Participações Sociais.
- Adequação das bases técnicas dos regulamentos da CMC aos projectos de regime jurídico submetidos ao executivo (fundos, mercado de dívida e mercado de acções);
- Conclusão das bases técnicas dos instrutivos relativos às regras dos emitentes e das emissões de obrigações corporativas;
- Adequação das normas tributárias e cambiais.

## 7. Supervisão

No âmbito dos objectivos preconizados no Plano Estratégico da CMC foram desenvolvidas, em 2012, várias acções assentes em objectivos específicos. São elas:

- **Visando o estabelecimento de normas sobre supervisão de instituições financeiras:**
  - Definição da informação que as instituições financeiras devem prestar para efeitos de acompanhamento da sua actividade;
  - Definição da periodicidade e dos meios de envio da informação à CMC;
  - Definição dos requisitos para o licenciamento.
- **Visando a estruturação do sistema de acompanhamento das instituições financeiras:**
  - Criação da metodologia de inspecção;
  - Criação do guião de inspecção;
  - Criação do modelo de relatório de inspecção;
  - Criação de equipas de acompanhamento; e
  - Apoio na concepção do aplicativo informático para acompanhamento das instituições.
- **Visando o licenciamento das instituições:**
  - Criação do fluxograma da informação;
  - Levantamento das normas sobre autorização e registo;
  - Criação das *check lists* associadas ao processo;
  - Instrução de processos de autorização;
  - Instrução de processos de registo;
  - Actualização dos registos.

Foi solicitado aos responsáveis das diferentes instituições registadas na CMC, bem como aos promotores das sociedades financeiras com processos pendentes ou em análise na instituição, que procedessem à actualização das informações constantes nos seus processos. Entretanto, nem todas as instituições contactadas disponibilizaram a informação solicitada, tendo sido apenas possível actualizar o registo das instituições que remeteram a informação solicitada.

- **Visando o acompanhamento das instituições:**
  - Produção do plano anual de inspecção;
  - Realização de inspecções pontuais;
  - Definição do conteúdo das regras mínimas de actuação das instituições financeiras.

## 8. Balanço de Operações de Registo e Autorização

No âmbito das actividades correntes da CMC, os pelouros de Emissões e Investimentos e de Supervisão e Contencioso, realizaram um conjunto de acções, que podemos sintetizar como se segue:

- Análise do processo de autorização para constituição da IMARA, Sociedade Corretora de Valores Mobiliários;
- Análise do processo de registo do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado BESA Valorização;
- Análise do processo de registo de emissão de Obrigações Subordinadas do Banco KEVE ;
- Análise do processo de registo como Agente de Intermediação do Banco Privado do Atlântico (BPA);
- Análise do processo de autorização para constituição da Odell Global Investors – SGFI.;
- Análise do processo de autorização para constituição da Angola Prev Sociedade Gestora de Fundos de Investimento;
- Análise do processo de autorização para constituição da Savings Sociedade de Investimentos;
- Análise do processo de autorização para constituição da Savings Sociedade Corretora de Valores Mobiliários;
- Análise do processo de autorização para constituição da Savings Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários);
- Análise e parecer sobre o Relatório Anual de Auditoria da BESAACTIF – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento;
- Análise do processo de registo como Perito Avaliador de Imóveis da Sra. Nina Nunes;;
- Análise do processo de registo como Perito Avaliador de Imóveis da empresa Proprime, Lda.
-

Processos para emissão de parecer em 2013:

- Registo dos fundos de investimento RS Platinum e RS Premium, promovidos pela sociedade RS Capital – SGFI;
- Registo de perito avaliador de imóveis da sociedade Pluriconsult;
- Registo de perito avaliador de imóveis da sociedade Valor de Mercado

## 9. Comunicação Institucional

Aprovadas as linhas orientadoras pelas quais a CMC se deverá guiar nos próximos cinco anos com vista a dinamizar, nuns casos, e implementar, noutros, os diferentes segmentos do mercado de capitais, o CA da CMC aprovou o Plano de Divulgação da Estratégia de Actuação da CMC, cuja execução teve início no primeiro semestre de 2013.

Esta estratégia de comunicação foi elaborada, tendo por base a necessidade de clarificar o papel da CMC, partilhar o estágio actual do trabalho desenvolvido pelo CA e nivelar as expectativas dos agentes económicos/intervenientes do mercado. A referida estratégia tem previstas um conjunto de iniciativas, nomeadamente:

- Publicação de artigo e entrevistas na imprensa especializada (iniciada em 2013);
- Realização de uma sessão interactiva com operadores do mercado (realizada no primeiro semestre de 2013);
- Realização de uma conferência de imprensa com a participação de diversos órgãos da imprensa, da rádio e da televisão (realizada no primeiro semestre de 2013);
- Participação em programas televisivos e radiofónicos;
- Realização de um evento de lançamento da nova marca/identidade da instituição.

Consideram-se como prioridades para 2013 ao nível da comunicação institucional:

- Implementação do Plano de Divulgação da Estratégia de Actuação da CMC;
- Estruturação e implementação de uma campanha institucional e didáctica, que incluirá:
  - *Rebranding*;
  - Renovação do *Website*;
  - Criação de *Intranet*;
  - Esboço de um programa de Educação do Investidor;
  - Concepção de instrumentos de reforço da imagem institucional da CMC.

## 10. Cooperação

No âmbito da actuação do pelouro de Estudos e Cooperação, destacamos os seguintes acções e eventos em que a CMC participou:

<b>26ª Reunião do Committee of Insurance, Securities and Non-Banking Financial Authorities (CISNA)</b>	De 16 a 20/Abril, em Luanda. Durante o evento, a CMC assinou o Memorando de Entendimento Multilateral, conferindo à instituição a qualidade de membro pleno daquela Organização
<b>International Institute For Securities Market Development</b>	De 16 a 26/Abril, nos E.U.A.. O evento, sob a organização da entidade reguladora do MVM americano (SEC), teve por finalidade a troca de experiências de países com mercados em desenvolvimento, tendo sido realizadas 30 palestras
<b>Visita de trabalho a Cabo-Verde</b>	De 11 a 18/Maio, para efeitos de assinatura de um acordo de cooperação. Durante a visita, foram ainda realizados encontros com alguns participantes do mercado cabo-verdiano (emitentes, operadores/intermediários e outras organizações)
<b>International Forum Investor Education (IFIE)</b>	De 20 a 22/Maio, na Coreia do Sul. O evento, realizado em parceria com a IOSCO, teve como lema “Protegendo os investidores num ambiente dinâmico”
<b>20ª Assembleia-Geral Ordinária da Association of National Numbering Agencies (ANNA)</b>	Nos dias 14 e 15/Junho, no Reino Unido. A CMC, como membro – parceiro da ANNA, assistiu à referida reunião, tendo mantido contactos no sentido de avaliar o estado da cooperação com a CMC enquanto órgão de numeração dos valores mobiliários emitidos e transaccionados em Angola
<b>Início do processo de adesão à IOSCO</b>	A CMC endereçou ao Secretariado da IOSCO uma declaração de intenções de adesão, um conjunto de diplomas legais vigentes em Angola e um pacote de documentos adicionais para a formalização do processo de adesão àquela organização internacional. O referido dossier encontra-se em fase de apreciação no Comité dos Directores
<b>Participação no Programa de Familiarização com o MVM, na África do Sul</b>	Promovido pelo Financial Services Board (FSB), regulador/supervisor do MVM sul-africano
<b>27ª Reunião do Committee of Insurance, Securities and Non-Banking Financial Authorities (CISNA),</b>	Nas Ilhas Maurícias, de 2 a 5/Outubro, nas Ilhas Maurícias. A reunião teve como objectivo a avaliação do processo de harmonização do ordenamento jurídico da região da SADC, atinente ao MVM, com base nos princípios da IOSCO/OICV
<b>Visita de trabalho a Portugal</b>	De 8 a 12/Outubro, visando o aprofundamento de relações com a entidade de regulação e supervisão do mercado de valores mobiliários português, no âmbito do Protocolo de Entendimento entre a CMC e a CMVM, bem como o melhor conhecimento do modus operandi das instituições financeiras locais
<b>Protocolo de Cooperação com o Banco Nacional de Angola</b>	A CMC submeteu ao Banco Nacional de Angola uma proposta de Protocolo de Cooperação para a eficiência e eficácia dos serviços de supervisão das instituições financeiras
<b>Visita de trabalho à África do Sul</b>	De 26 a 30/Novembro. Como resultados da visita, obtiveram-se os seguintes: a assinatura do Memorando de Entendimento de Cooperação com o FSB, regulador sul-africano; o maior conhecimento do modus operandi da Bolsa de Valores de Joanesburgo (JSE); Central Depositária de Valores Mobiliários da África do Sul (STRATE); e de uma sociedade corretora (ICAP)
<b>Visita de trabalho a Moçambique</b>	Tomou-se contacto com a dinâmica do mercado secundário de títulos de dívida pública e corporativa moçambicana; com o processo histórico de privatizações das empresas públicas e sua influência no mercado secundário de valores mobiliários; e com o modo de actuação dos emitentes de dívida e dos principais operadores do mercado
<b>Assinatura de um Protocolo de Cooperação com a Unidade de Informação Financeira (UIF)</b>	O referido protocolo foi assinado em 14 de Dezembro de 2012 e visa o alinhamento da CMC com a Estratégia Nacional de Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

Constituem prioridades para 2013, a consolidação do processo de adesão à IOSCO, a assinatura de protocolos de cooperação com as congéneres NAMFISA (Namíbia) e NBFIRA (Botswana) e a optimização dos protocolos e acordos ora celebrados.

## 11. Compliance e Controlo Interno

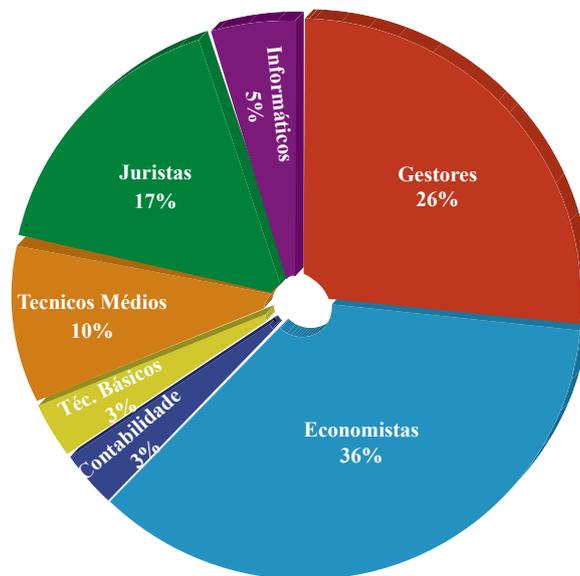
No âmbito das competências da Unidade de Compliance e Controlo Interno, foram realizadas as seguintes actividades:

- Participação na elaboração do relatório de supervisão, sobre informação relativa às entidades supervisionadas pela CMC, em colaboração com o Gabinete de Supervisão e Contencioso (Setembro);
- Acção de controlo interno da CMC (Novembro/Dezembro);
- Elaboração de instrumentos de comunicação de leis, regulamentos e instruções da CMC sobre o combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (BCFT), nomeadamente, Declaração de Identificação de Pessoas Designadas (DIPD), e Declaração de Operações Suspeitas (DOS) em colaboração com o Gabinete de Supervisão e Contencioso (em curso);
- Participação na 2ª reunião de Compliance Officers de Angola, decorrida a 08 de Agosto, em Luanda, sob os auspícios da Unidade de Informação Financeira;
- Participação na 12ª reunião de Conselho de Ministros e 24ª Reunião de Altos Funcionários do Grupo de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral, ESAAMLG, de 24 a 31 de Agosto, decorrida em Maputo, Moçambique;
- Participação num Workshop sobre Assistência Técnica, promovido pela Unidade de Informação Financeira em colaboração com o Banco Mundial, a 29 de Novembro, em Luanda, dando seguimento às reuniões anteriormente citadas. Tal evento foi destinado às entidades de supervisão nacionais, e permitiu auscultar as mesmas sobre as necessidades de assistência técnica com vista o cumprimento das 40+9 Recomendações do Grupo de Acção Financeira Internacional, GAFI, sobre combate ao BCFT, por parte das instituições nacionais;
- Participação no workshop sobre o modelo de elaboração do Plano de Implementação Estratégico de Angola, em matéria de Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, organizado pela Unidade de Informação Financeira, em colaboração com o Grupo de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral, ESAAMLG, de 4 a 6 de Dezembro, em Luanda;
- Condução do processo de negociação e assinatura do Protocolo de Cooperação e Troca de Informação entre a CMC e a Unidade de Informação Financeira, decorrida a 14 de Dezembro

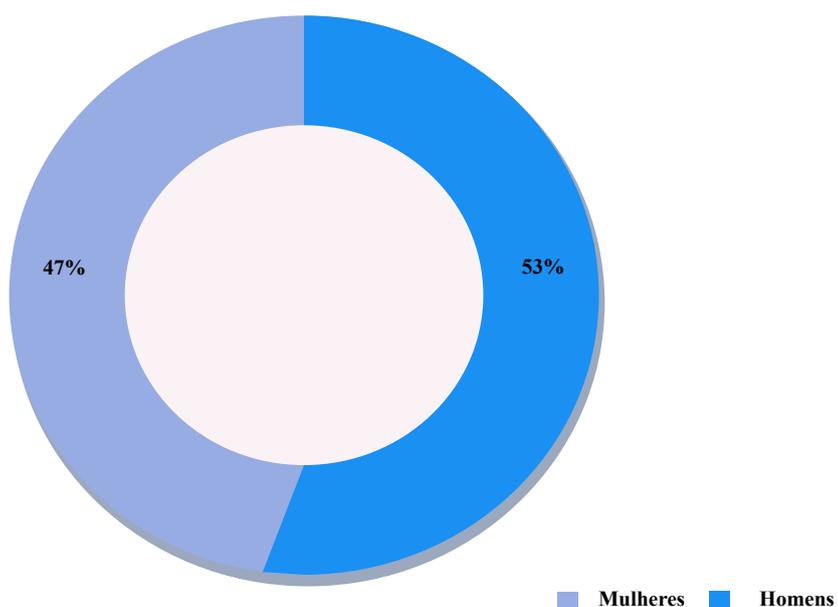
## 12. Recursos Humanos

### 12.1. Balanço Social

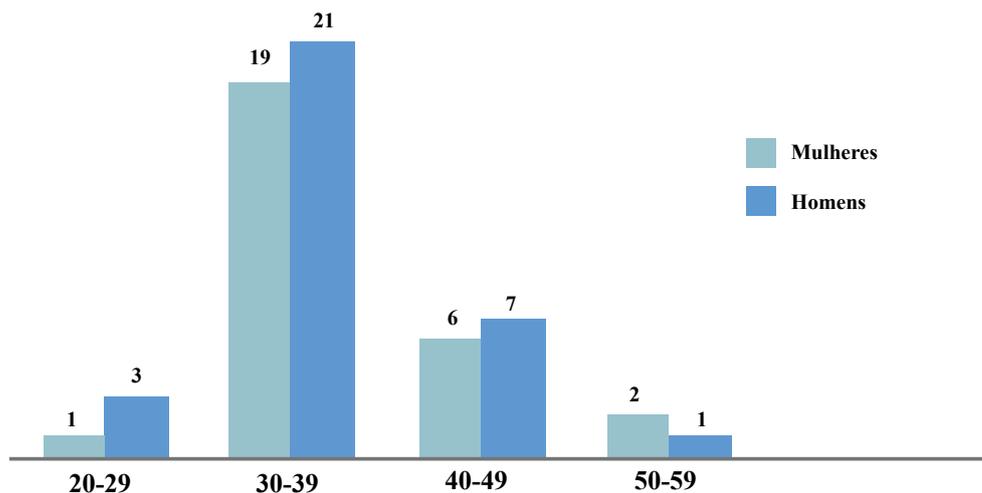
O gráfico abaixo mostra a distribuição dos funcionários em função das suas habilitações académicas, destacando-se os economistas com maior peso, 36%, seguem-se-lhe os gestores com 26% e os juristas em terceiro com 17%. Destaque para o facto de que 79% do quadro geral dos funcionários da CMC têm habilitações académicas iguais ou superiores à licenciatura.



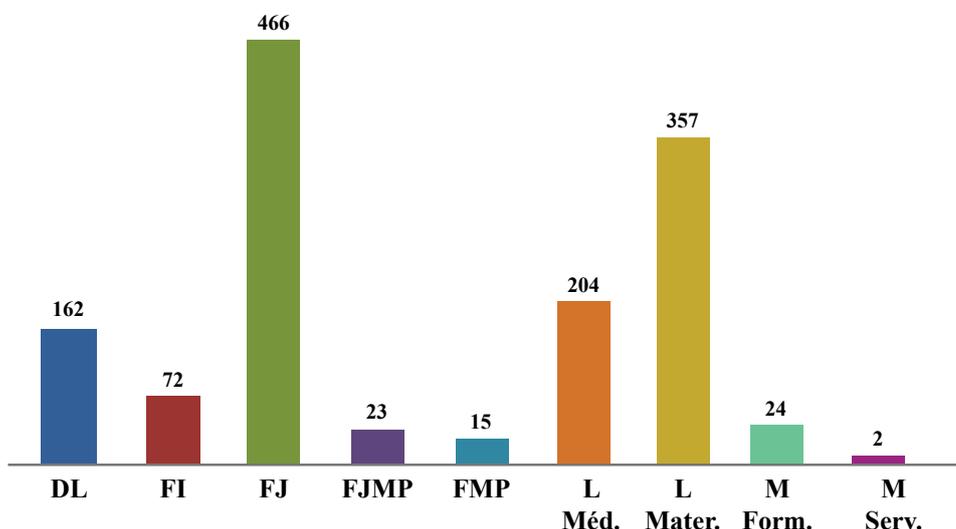
O quadro abaixo por seu turno mostra a repartição da CMC por género podendo-se constatar que a instituição tem uma repartição equilibrada a este nível, o que demonstra o compromisso da instituição com a defesa de oportunidades iguais para ambos os géneros.



No que à estrutura etária diz respeito, o quadro abaixo mostra que o quadro de pessoal da CMC ronda a faixa etária dos 35 anos, o que corresponde a 40% do Volume Líquido de Emprego.



Registou-se, no ano de 2012, um total de 1325 dias de ausências no local de trabalho. O maior registo de ausências no local de trabalho, foi por motivos de saúde e maternidade.



## 12.2. Regulamentos Internos

Neste âmbito, foram aprovados os seguintes documentos:

Regulamento Interno do Conselho de Administração	Regulamento Interno do Gabinete de Supervisão e Contencioso	Regulamento Interno da Unidade de Compliance e Controlo Interno	Regulamento Interno dos GT do Pelouro de Emissões e Investimentos
Regulamento Interno dos GT do Pelouro de Estudos e Cooperação	Regulamento Interno dos GT do Pelouro de Administração e Finanças	Regulamento Interno dos GT do pelouro de Supervisão e Contencioso	Regulamento Interno das Despesas de Deslocação

De registar que o Conselho definiu ainda como objectivo para 2013 a criação de um Regulamento Interno da CMC e de um Código de Conduta e Ética.

## 12.3. Formação

Com o fito de aumentar as competências dos membros do Conselho de Administração da CMC, foi contratada uma acção de formação na área de mercados financeiros, tendo a mesma sido prestada em Luanda, entre os dias 15 de Março e 15 Abril de 2012, por consultores com vasta experiência no tema.

Já no segundo semestre, atendendo à exigência das actividades associadas ao Plano Estratégico da CMC e à complexidade do mercado, a área de Recursos Humanos da instituição assegurou a realização de 10 acções de formação, das quais 7 realizadas no país e 3 no estrangeiro.

Estas acções de formação contaram com a participação de 44 técnicos, visando fundamentalmente o aperfeiçoamento e actualização de conhecimentos referente a matérias ligadas à estruturação, funcionamento e actuais desafios do mercado de capitais. Importa, assim, referi-las:

<b>Nova Lei da Contratação Pública</b>	Com enfoque nos assuntos sobre os princípios, procedimentos e regras gerais de participação no concurso público, qualificação e análise das proposta, adjudicação, contrato e fases de execução.
<b>Gestão de Risco de Fraude e Técnicas de Investigação</b>	Destinada a fornecer instrumentos e mecanismos de detecção e gestão de risco de fraude e a desenvolver técnicas de investigação de crimes contra o mercado.
<b>Gestão de Tesouraria</b>	Abordou temas como a liquidez, a rentabilidade e os riscos, a optimização da tesouraria operacional, a identificação da exposição ao risco, a planificação e o controlo da gestão de tesouraria e a gestão de fluxos de caixa..
<b>Relações Públicas e Protocolo Empresarial e de Estado</b>	Destacou matérias ligadas a técnicas de relações públicas e domínio das regras protocolares a nível empresarial e institucional.
<b>Controlo Orçamental</b>	Foram tratados assuntos sobre elaboração e implementação do plano orçamental, análise de desvios, métodos de redução de custos, gestão dos aspectos comportamentais do processo orçamental e identificação do custos de oportunidade.
<b>ENSA-Network Security Administrator</b>	Abordou matérias relacionadas com habilidades necessárias para analisar as ameaças de segurança internas e externas contra uma rede, desenvolver e saber como implementar políticas de segurança que protegerão as informações de uma organização.
<b>Fraudes e Sistemas de Controlo Interno</b>	Foram ministradas matérias relacionadas com auditoria dos recursos humanos que visam dotar os técnicos de conhecimentos que permitam conceber organizar e desenvolver auditoria dos recursos humanos.
<b>Estratégia de Liderança de Alta Performance</b>	Foram abordados temas sobre liderança em tempos de mudança, tomada de decisão, inspiração e autenticidade, confiança e relacionamento.
<b>Língua Inglesa</b>	Destinada ao aperfeiçoamento das habilidades e competências dos funcionários da CMC em língua inglesa
<b>Avaliação de Instrumentos financeiros</b>	Tratou matérias relacionadas com instrumentos e estrutura dos mercados financeiros, instrumentos financeiros de base (obrigações e acções) e instrumentos financeiros derivados (contratos de futuros e opções)

Paralelamente ao Plano de Formação, e no âmbito da consultoria prestada por especialistas à CMC, foram realizadas, também, acções de capacitação dos colaboradores da CMC, tais como:

<b>Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo</b>	Visou dar conhecimento aos colaboradores, de forma prática, da aplicação de Compliance e Controlo Interno nos organismos de supervisão
<b>Competências Comportamentais</b>	Destinada a munir os participantes de conhecimento sobre o perfil adequado a um supervisor do mercado e o seu papel pedagógico diante das entidades e mercados que supervisiona e investidores que protege.
<b>Workshop sobre Mercado de Capitais</b>	Visou fornecer os elementos básicos dos diferentes segmentos de mercado e o papel do supervisor para o bom funcionamento destes segmentos.
<b>Supervisão de Instituições Financeiras Não-Bancárias</b>	Visou dotar os participantes de técnicas e procedimentos subjacentes ao processo de supervisão de entidades que actuam no mercado.
<b>Compliance</b>	Visou dar destaque à actualidade e importância deste tema para as organizações e o esforço que deve ser feito por parte destas para que possam estar alinhadas aos princípios e normas internacionais.

Com o objectivo de definir a estratégia e políticas de recursos humanos a serem implementadas na instituição, a CMC contratou, através de concurso público sem apresentação de candidaturas, serviços especializados de consultoria da empresa Deloitte.

Nesta conformidade, os serviços de consultoria para os recursos humanos tiveram início no passado dia 5 de Novembro, com a apresentação do Plano Macro do Projecto, tendo já sido realizadas as seguintes actividades:

- Caracterização e diagnóstico dos recursos humanos da CMC;
- No âmbito da nova estrutura organizacional, foram realizadas reuniões com os membros do Conselho de Administração (CA) com o objectivo de recolher informações relevantes aos desafios organizacionais e de suporte à descrição de funções;
- Quanto ao qualificador ocupacional, foram realizadas reuniões com os coordenadores de Grupos de Trabalho, com o objectivo de recolher informações sobre as funções dos funcionários, tendo já sido apresentado, para apreciação, o draft do documento.;
- No que se refere à Política Retributiva, solicitadas às instituições homólogas, nomeadamente Banco Nacional de Angola (BNA), Instituto de Supervisão de Seguros (ISS) e Financial Services Board (FSB), informações sobre as políticas retributivas por elas aplicadas;
- Sobre a Avaliação de Desempenho, foi feito um diagnóstico da situação actual que resultou da apresentação da proposta de modelo a implementar, assente nos princípios de objectividade, equidade, adaptabilidade, integração e transparência. O modelo deverá ser percebido como um instrumento de gestão mobilizador do desempenho dos colaboradores.

Atendendo à necessidade de materialização dos objectivos previstos para os diferentes domínios de actuação considerados no Plano Estratégico da CMC, foram aprovadas as contratações de consultoria também para as áreas de supervisão e de regulamentação.

The background of the slide is a blurred image of a hand holding a pen, poised to write on a document. The document appears to be a financial statement or report, with a table structure visible. The table has several columns and rows, with some text and numbers, though they are out of focus. The overall color palette is light and professional, with a blue gradient band across the middle containing the title.

# **Desempenho Financeiro**

### 13. Desempenho Financeiro

De acordo com o previsto no número 6 do artigo 31.º do seu Estatuto Orgânico, e do Decreto 82/01, de 16 de Novembro, são apresentadas as Demonstrações Financeiras da CMC, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados e o respectivo Anexo, aprovadas pelo Conselho de Administração em sessão realizada a 28 de Março de 2012.

Pelo facto de não se encontrar provido o Conselho Fiscal, as Demonstrações Financeiras apenas foram certificadas pelos auditores externos, que para o efeito, emitiram o parecer que também consta deste relatório.

#### Balanço da Comissão do Mercado de Capitais, aos 31 de Dezembro de 2012

DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIOS		VARIACÃO (%)
	2012	2011	
<b>ACTIVO</b>			
Imobilizações Corpóreas	227 150 313	45 172 006	<b>403%</b>
Disponibilidades	3 851 912	-	<b>0%</b>
Outros Activos	96 202 453	69 913 484	<b>37%</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>327 022 677</b>	<b>115 085 490</b>	<b>184%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
Fundo Patrimonial	48 818 623	48 818 623	<b>0%</b>
Resultados Transitados	-36 882 442	-30 394 137	<b>21%</b>
Resultados do Exercício	-12 596 216	-6 488 305	<b>94%</b>
<b>Total dos Capitais</b>	<b><u>-660 035</u></b>	<b><u>11 936 181</u></b>	<b><u>-106%</u></b>
<b>Próprios</b>			
Contas a Pagar	1 198 511	0	<b>0%</b>
Outros Passivos	326 484 201	103 149 309	<b>217%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b><u>327 682 712</u></b>	<b><u>103 149 309</u></b>	<b><u>218%</u></b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>327 022 677</b>	<b>115 085 490</b>	<b>184%</b>

#### 13.1. O Activo Líquido Total

O activo líquido total apresentava, em 31 de Dezembro de 2012, um saldo de 327 022 677 AOA, traduzindo um acréscimo de 211 937 187 AOA, relativamente ao valor observado em 31 de Dezembro de 2011. Esta variação de 184% é explicada por:

- i) Um acréscimo de 403% observado nas imobilizações Corpóreas líquidas, que passaram de 45 172 006 AOA para 227 150 313 AOA, em consequência do aumento dos investimentos efectuados, nomeadamente em mobiliário, equipamentos informáticos e viaturas de serviço;
- ii) Um acréscimo de aproximadamente 37% nos outros activos, que passaram de 69 913 484 AOA para 96 020 453 AOA, determinado pelo aumento da actividade da CMC, o que originou um aumento das responsabilidades de terceiros.

## 13.2. O Passivo

Registou um acréscimo significativo de 218%, ao passar de 103 149 309 AOA para 327 682 712 AOA, variação explicada, essencialmente, pelos seguintes factos:

- i) Um incremento no valor de contas a pagar, pela contabilização de despesas a pagar no exercício seguinte, no valor de 1 198 511 AOA;
- ii) Um aumento da rubrica de outros passivos, de 217%, que passou de 103 149 309 AOA para 326 484 201 AOA, devido principalmente ao forte aumento do valor da conta de proveitos a repartir por períodos futuros, relativos aos subsídios aos investimentos efectuados pela instituição até 2012.

## 13.3. Os Capitais Próprios

Os capitais próprios sofreram uma redução de 116%, tendo passado a sofrerem uma redução de 11 936 181 AOA para um valor negativo de 660 035 AOA, em consequência, fundamentalmente, do agravamento dos resultados líquidos do exercício, que passaram de um prejuízo de 6 488 305 AOA, em 2011, para um prejuízo de 12 596 216 AOA.

Estes resultados devem-se essencialmente ao facto do imobilizado não subvencionado adquirido até 2006 gerar amortizações do exercício, as quais não têm cobertura, do Orçamento Geral do Estado (OGE). Contribuíram ainda para o agravamento dos resultados do exercício, e para a deterioração dos capitais próprios, o valor das amortizações extraordinárias efectuadas em 2012, relativas a imobilizado não subvencionado e em desuso na instituição.

### Demonstração de Resultados da Comissão do Mercado de Capitais, 31 de Dezembro de 2012

DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIOS		VARIAÇÃO (%)
	2012	2011	
Outros Proveitos Operacionais	1 131 016 826	630 816 682	79%
Custos com o Pessoal	514 730 411	360 447 343	43%
Amortizações	36 532 853	12 555 942	191%
Outros Custos e Perdas	582 548 689	264 220 896	120%
Resultado Financeiros	(3 967)	(80 806)	-95%
Resultados Não Operacionais	(15 875 771)	---	---
<b>Resultados Líquidos do Exercício</b>	<b>(12 419 061)</b>	<b>(6 488 305)</b>	<b>94%</b>

## 13.4. Os Proveitos do Exercício

Os proveitos do exercício superaram em 79% os registados no ano de 2011, ao passarem de 630 816 682 de AOA para 1 131 016 826 AOA, decorrente da conjugação dos seguintes factores:

- i) Aumento da receita orçamental de exploração, que visou dotar a instituição de meios para fazer face à implementação do Plano Estratégico da CMC para 2012-2017;
- ii) Aumento da receita orçamental, para cobertura do aumento do seu quadro de pessoal;
- iii) Aumento da receita orçamental para fazer face aos investimentos efectuados.

### 13.4.1. Os Custos do Exercício

Os custos do exercício registaram um incremento de 78%, ao passarem de 637 224 181 AOA para 1 133 811 953 AOA, sendo esta evolução justificada pelas seguintes rubricas:

- i) Um aumento de 43% verificado nas rubricas de custos com pessoal, resultado do aumento do quadro de pessoal;
- ii) Um aumento de 191% registado na rubrica de amortizações do exercício, motivado sobretudo pelo aumento do imobilizado corpóreo;
- iii) Um incremento de 120% nos outros custos de actividade, nomeadamente, nos gastos com as obras de beneficiação das instalações, a assistência técnica e consultoria, a formação, as deslocações em serviço e diversas despesas administrativas e de funcionamento.

### 13.4.2. Os Resultados do Exercício de 2012

Os resultados do exercício traduziram um prejuízo no montante de 12 596 216 AOA, um acréscimo de 94% em relação a 2011, devido essencialmente às amortizações do exercício e às amortizações extraordinárias do imobilizado, relacionadas com o imobilizado não subvencionado, sem cobertura na receita orçamental.

## 13.5. O Orçamento da Comissão do Mercado de Capitais (unidade orçamental 5477)

O orçamento para o exercício de 2012 foi elaborado pela Comissão de Reestruturação e Gestão da CMC (CRG-CMC), tendo sido fixado no montante de 1 305 745 680 AOA.

O orçamento foi aprovado pela tutela e previu a cobertura de despesas correntes de funcionamento e de despesas associadas ao plano de reestruturação da CMC, apresentado pela CRG-CMC.

O orçamento foi elaborado e aprovado com os pressupostos de que a implementação do mercado de capitais em Angola não teria início em 2012, não existindo à data da sua elaboração, uma calendarização da implementação dos vários segmentos do mercado de capitais, pressupondo ainda que o quadro de pessoal existente na CMC manter-se-ia relativamente constante, sem a existência de um Conselho de Administração e um quadro de novos funcionários de apoio ao Conselho de Administração (pessoal do secretariado e funcionários qualificados para assessoria ao PCA e aos Administradores). Por outro lado, este orçamento foi elaborado dentro de uma linha de actuação que previa uma intervenção ao nível do processo de reestruturação da CMC, nos domínios do reforço das competências dos seus funcionários, do estudo dos regulamentos e normativos para o mercado de capitais, do reforço das capacidades de supervisão, reforço dos meios técnicos ao dispor da CMC para apoio às equipas técnicas, e a utilização intensiva da consultoria no processo de reestruturação da CMC.

Com a nomeação do Conselho de Administração (CA) da CMC, por via do Decreto Presidencial n.º 23/12, de 30 de Janeiro de 2012, e a entrada em funções a 17 de Fevereiro de 2012, houve, desde logo, a constatação de que o orçamento aprovado estava desalinhado da nova realidade da instituição, a saber: existência de um CA com um mandato claro para dar início, ainda no exercício de 2012, das bases para o arranque do mercado de capitais em Angola, nomeadamente, dos segmentos de dívida corporativa e dos fundos de investimento, e da dinamização do mercado secundário de dívida pública.

A execução orçamental em 2012 é demonstrativa do ritmo de funcionamento da instituição ao longo do ano, sendo que, o primeiro trimestre reflecte a entrada em funções do CA (a 17 de Fevereiro), período em que apenas foram realizadas despesas correntes, incluindo o pagamento da primeira prestação da renda das novas instalações (contrato de arrendamento assinado pela CRG-CMC). Ao longo do ano e, por conseguinte, aos longo dos vários trimestres, denota-se uma aceleração da execução orçamental relativamente aos trimestres anteriores, com a aprovação, em Maio, pela equipa económica, do Plano Estratégico da CMC 2012 – 2017. É, pois, a partir deste mês que se dá início ao processo de implementação desta mesma estratégia, com reflexos ao nível da execução da despesa. É, também, após a entrada em funções do CA que se iniciam as diligências junto da tutela para que o orçamento aprovado seja revisto, no sentido de acomodar, quer as remunerações e as despesas de instalação deste órgão, quer as despesas que no âmbito do Plano Estratégico não estavam orçamentadas, tais como as relativas à contratação de novos técnicos e as referentes à aquisição de serviços especializados e de consultoria, assim com as despesas com formações e deslocações em serviço ao exterior.

Como compromisso final, a tutela efectuou créditos adicionais para acomodar as despesas com as remunerações

do CA no valor total de AOA. 117.509.771,00. Relativamente às restantes despesas nas rubricas de Bens e Serviços e nas rubricas de Investimentos Diversos, foi a CMC orientada a efectuar operações de contrapartidas internas/remanejamentos (transferências entre rubricas) para fazer face às despesas de acomodação do CA (mobiliário e meios informáticos) e às despesas de implementação da estratégia da CMC, acima enunciadas.

### 13.5.1. Despesas Correntes

Na rubrica de “vencimentos do pessoal”, a execução foi de 100%, ou seja, igual ao orçamento programado, sendo que, nesta categoria de despesas, apenas a rubrica de “contribuições para a segurança social” registou valores abaixo do programado (em 99%), em resultado dos acertos das bases de cálculo das contribuições.

Nas rubricas de “despesas correntes com bens e serviços”, a realização da despesa esteve muito próxima da execução plena, com realizações acima de 98% de execução, com excepção do item de “viveres e géneros alimentícios”, que teve uma realização de 51% (devido a atrasos na execução de procedimentos de cabimentação da despesa).

A nomeação do CA, e a posterior aprovação em Maio de 2012, do Plano Estratégico, deram um sentido à realização da despesa de bens e serviços diferente daquele que foi definido a quando da aprovação do orçamento para 2012. A implementação do Plano Estratégico, alterou o ritmo de realização da despesa da instituição, na medida em que as despesas orçamentadas para os serviços de ensino (formação), bilhetes de passagem (deslocações ao exterior), subsídios de deslocação, serviços de transportação e outros serviços (consultoria/assessoria) - definidas no âmbito da estratégia elaborada pela CRG-CMC - sofreram vários remanejamentos durante a execução de 2012. No âmbito da redefinição estratégica da CMC, o objectivo principal deste processo de remanejamento foi para que o orçamento aprovado não representasse um constrangimento à implementação da estratégia de actuação da CMC e, particularmente, dos Planos de Acção para 2012.

As grandes rubricas da despesa que, em termos de valores, tiveram uma taxa de execução orçamental igual ao orçamentado (100%), foram as de “serviços de comunicação, serviços de manutenção e conservação e outros serviços”. Estiveram também muito próximos da plena execução os “serviços de saúde”, com 98% de execução, os “serviços de ensino”, com 99%, os “seguros”, com 96%, os “bilhetes de passagens”, com 99% e os “subsídios de deslocação”, com 96%.

As rubricas que tiveram uma execução baixa foram as de “viveres e géneros alimentícios”, com 51% de execução, “material de especialidade”, com 27%, e “serviços de limpeza e saneamento”, com 65%. As rubricas de “materiais e utensílios duradouros de especialidade”, “outros materiais e utensílios duradouros” e “serviços de energia e água”, não tiveram qualquer realização de despesa.

### 13.5.2. Despesas de Investimento

Nas rubricas de “Capital”, a realização da despesas foi de 97%, com a seguinte decomposição: “meios e equipamentos de transporte”, com uma execução de 96%, “equipamentos de processamento de dados”, com 97% e “outros bens de capital fixo”, com 100%.

A rubrica de “meios e equipamentos de transporte” foi orçamentada pelo CA já em 2012, pelo processo de remanejamento orçamental, devido ao facto de não ter sido contemplada no orçamento aprovado (elaborado pela CRG-CMC). Esta rubrica foi orçamentada para poder dar cobertura à aquisição das viaturas para os membros do CA, tendo sido executada em 96%, que corresponde ao valor cabimentado para acomodar o fornecimento das viaturas para os membros do CA, cujo fornecedor foi apurado no âmbito do concurso público criado para este fim.

A realização das despesas em “equipamentos de processamento de dados”, essencialmente referentes à aquisição de equipamento informático para os membros do CA e para os novos funcionários, foi executada em 97%.

A rubrica de “outros bens de capital fixo” foi a rubrica das despesas de capital com maior realização (executada em 100%), devido, essencialmente, à despesa com o mobiliário e equipamento administrativo para o apetrechamento das novas instalações (5º, 6º e 10º pisos do edifício, da rua Rainha Ginga)

### 13.5.3. Conclusão

A execução orçamental da CMC em 2012 foi satisfatória a todos os níveis da despesa, pois foi feita de acordo com o programado (orçamentado), com um nível de execução de 98%.

A execução orçamental no final do exercício dependeu da capacidade demonstrada pela CMC em implementar o seu Plano de Acção para o ano de 2012. Por outro lado, embora o orçamento aprovado para 2012 não estivesse adequado ao Plano Estratégico da CMC, na medida em que não acolheu algumas das acções previstas (tais como as campanhas de educação ao investidor, ou as iniciativas de reforço da imagem institucional da CMC, entre outras), tal não representou um impedimento à actuação da CMC, para que pudesse dar início às grandes linhas de actuação.

## 14. Demonstrações Financeiras

## 14.1. Balanço em Dezembro de 2012

AKZ

DESIGNAÇÃO	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2012	2011
<b>ACTIVO</b>			
<i>ACTIVO NÃO CORRENTE:</i>			
Imobilizações Corpóreas	4	227 150 313	45 172 006
Imobilizações Incorpóreas		-	-
Investimentos em Subsidiárias e Associadas		-	-
Outros Activos Financeiros		-	-
Outros Activos não Correntes		-	-
Total do Activo Não Corrente		<u>227 150 313</u>	<u>45 172 006</u>
<i>ACTIVO CORRENTE:</i>			
Existências		-	-
Contas a Receber		-	-
Disponibilidades	10	3 851 912	-
Outros Activos Correntes	11	96 020 453	69 913 484
Total do Activo Corrente		<u>99 872 365</u>	<u>69 913 484</u>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>327 022 677</b>	<b>115 085 490</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<i>CAPITAL PRÓPRIO:</i>			
Fundo Patrimonial	12	48 818 623	48 818 623
Reservas		-	-
Resultados Transitados	14	(36 882 442)	(30 394 137)
Resultados do Exercício		(12 596 216)	(6 488 305)
Total do Capital Próprio		<u>(660 035)</u>	<u>11 936 181</u>
<i>PASSIVO NÃO CORRENTE:</i>			
Empréstimos de Médio e Longo Prazos		-	-
Impostos Diferidos		-	-
Provisões para Pensões		-	-
Provisões para Outros Riscos e Encargos	18	-	874 501
Outros Passivos não Correntes		-	-
Total do Passivo Não Corrente		-	<u>874 501</u>
<i>PASSIVO CORRENTE:</i>			
Contas a Pagar	19	1 198 511	-
Empréstimos de Curto Prazo		-	-
Outros Passivos Correntes	21	326 484 201	102 274 808
Total do Passivo Corrente		<u>327 682 712</u>	<u>102 274 808</u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<b>327 022 677</b>	<b>115 085 490</b>

## 14.2. Demonstração de Resultados em Dezembro de 2012

AKZ

DESIGNAÇÃO	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2012	2011
Vendas		-	-
Prestações de Serviços		-	-
Outros Proveitos Operacionais	24	1 131 016 826	630 816 682
Variações Prod. Acab. e em Prod. Vias de Fabrico		-	-
Trabalhos para a Própria Empresa		-	-
Custo das Mercadorias Vend. e das M.P. e Subs. Consumidas		-	-
Custos com o Pessoal	28	514 730 411	360 447 343
Amortizações	29	36 532 853	12 555 942
Outros Custos e Perdas Operacionais	30	582 548 689	264 220 896
<b>Resultados Operacionais</b>		<b>(2 795 127)</b>	<b>(6 407 499)</b>
Resultados Financeiros	31	(3 967)	(80 806)
Resultados de Filiais e Associadas		-	-
Resultados não Operacionais	33	(9 797 122)	-
<b>Resultados antes de Impostos</b>		<b>(12 596 216)</b>	<b>(6 488 305)</b>
Imposto sobre o rendimento		-	-
<b>Total do Passivo Não Corrente</b>		<b>(12 596 216)</b>	<b>(6 488 305)</b>
Resultados Extraordinários		-	-
Imposto sobre o Rendimento		-	-
<b>Resultados Líquidos do Exercício</b>		<b>(12 596 216)</b>	<b>(6 488 305)</b>

## 14.3. Anexo às Demonstrações Financeiras

### 14.3.1. Nota introdutória

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade em vigor em Angola (PGC), respeitando as características da relevância, da fiabilidade, da continuidade e do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição e em obediência aos princípios contabilísticos.

A actividade da CMC consiste, nos termos e dentro dos limites estabelecidos pelo Decreto n.º 9/05, de 18 de Março, na regulação, supervisão, fiscalização e promoção do mercado de capitais e das actividades que envolvam todos os agentes que nele intervenham, directa ou indirectamente, tendo em vista a realização dos seguintes objectivos:

- Estimular a formação da poupança e a sua aplicação em valores mobiliários;
- Promover a organização e um funcionamento regular e eficiente do mercado de capitais;
- Assegurar a transparência do mercado de capitais e das transacções que nele se efectuam;
- Assegurar aos investidores e intermediários financeiros em geral uma informação suficiente, verídica, objectiva, clara, acessível e atempada sobre os valores mobiliários, as entidades que os emitem e as transacções que são efectuadas.

No que respeita ao regime financeiro da CMC, o artigo 31º dos seus Estatutos estabelece que:

- “1 - Com excepção do disposto no número seguinte a gestão financeira da CMC rege-se exclusivamente pelo regime jurídico das entidades que revistam natureza e forma jurídica de Sociedade Anónima de Capitais Públicos, em tudo o que não for especialmente regulado pelo presente diploma e no regulamento interno da CMC;
- 2 - O orçamento da CMC é elaborado de acordo com o Plano Geral de Contabilidade e constará do Orçamento Geral do Estado;
- 3 - A gestão patrimonial e financeira da CMC rege-se segundo princípios de direito privado não lhe sendo aplicável o regime geral dos fundos e serviços autónomos;
- 4- O património inicial da CMC é constituído pelos bens afectos aos seus serviços por despacho do Ministério das Finanças.
- 5 - Integram o património da CMC todos os demais valores que tenha direito ou venha a adquirir nos termos do presente diploma;
- 6 - A contabilidade da CMC é elaborada de acordo com o Plano Geral de Contabilidade Empresarial, não lhe sendo aplicável o regime de contabilidade pública.”

Estando em curso a organização do mercado de capitais em Angola, a CMC ainda não dispõe de receitas próprias, sendo a totalidade das suas receitas provenientes do OGE. Dada a inclusão do orçamento da CMC no Orçamento Geral do Estado, no âmbito da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho (Lei Quadro do Orçamento Geral do Estado), a prestação de contas leva em consideração as obrigações relativas ao controlo do orçamento.

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em unidades de Kwanzas angolanos (AOA).

## 14.3.2. Políticas Contabilísticas Adoptadas na Preparação das Demonstrações Financeiras

### 14.3.2.1. Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade em vigor em Angola (PGC), respeitando as características da relevância, da fiabilidade, da continuidade e do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição e em obediência aos princípios contabilísticos.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 são, em tudo, comparáveis com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

As Demonstrações Financeiras foram apresentadas em moeda nacional, o Kwanza (AOA). As Notas constantes nas Demonstrações Financeiras foram numeradas de acordo com o PGC e no caso da sua não aplicabilidade as mesmas foram omitidas.

### 14.3.2.2. Bases de Valorimetria Adoptadas na Preparação das Demonstrações Financeiras

A base de valorimetria global adoptada foi a do custo histórico, excepto no que respeita ao imobilizado (ver nota 14.3.2.3 a)).

A CMC não dispõe nos seus activos e passivos monetários valores registados em moeda estrangeira e todas as transacções efectuadas em moeda estrangeira foram registadas em moeda nacional, ao câmbio do dia em que elas ocorreram. Não existem saldos indexados à moeda externa, sendo portanto todos os saldos denominados em Kwanzas.

### 14.3.2.3. Critérios de Reconhecimento e Bases de Valorimetria Específicas

Os critérios de reconhecimento e as bases de valorimetrias específicas, utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

#### **a) Imobilizações corpóreas**

As Imobilizações Corpóreas compreendem as rubricas de Equipamento Administrativo, Equipamento Informático, Mobiliário Social, Mobiliário Diverso e Outras Imobilizações Corpóreas.

Excepto quanto ao referido no parágrafo seguinte, as imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição, adicionado das respectivas despesas de transporte e das despesas alfandegárias, quando aplicável.

Na sequência da adopção da contabilidade patrimonial a CMC promoveu a realização de uma inventariação geral do imobilizado, tendo contratado uma entidade independente para o efeito. Para aqueles activos relativamente aos quais não estava disponível informação sobre o custo de aquisição os valores considerados consistiram numa avaliação efectuada pela referida entidade independente.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sendo as taxas de amortização aplicadas as que constam do Decreto Presidencial nº 177/10, com as seguintes vidas úteis estimadas:

- Equipamento de Carga e Transporte: 6 a 8 Anos;
- Equipamento Administrativo: 4 a 8 Anos;
- Equipamento Informático: 4 a 8 Anos;
- Mobiliário Social: 5 a 8 Anos;
- Mobiliário Diverso: 8 a 10 Anos;
- Outras Imobilizações Corpóreas: 4 a 8 Anos.

#### **b) Contas a receber**

As contas a receber encontram-se valorizadas ao valor de realização.

#### **c) Contas a pagar**

O valor desta rubrica está relacionado com operações normais decorrentes da actividade da Instituição, nomeadamente fornecedores, Estado e outros credores.

#### **d) Especialização de exercícios**

A Instituição regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os mesmos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registados nas rubricas de outros activos ou passivos correntes, consoante aplicável.

#### **e) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas**

Os subsídios atribuídos à Instituição, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas (dotações orçamentais referentes a despesas de capital), são registados como proveitos e posteriormente, com base no princípio da especialização, são contabilizados em contas do balanço referentes a receitas a repartir por períodos futuros, na rubrica de outros passivos correntes por contrapartida de proveitos, e reconhecidos na demonstração de resultados, à medida do seu custo incorrido no exercício e às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

#### **f) Provisões para outros riscos e encargos**

São constituídas provisões sempre que a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de acontecimentos passados referentes a perdas previsíveis associadas a riscos de natureza específica e provável (contingências). A valorização é efectuada pela melhor estimativa da quantia que será necessária para liquidar a obrigação.

#### **g) Erros fundamentais**

Os efeitos em capitais próprios decorrentes de erros relativos a exercícios anteriores, considerados fundamentais, são registados por contrapartida de resultados transitados.

#### **h) Impostos sobre os lucros**

A Instituição não está sujeita a imposto industrial, sendo que, na actualidade a totalidade da sua receita provém do OGE.

## 1.4. Imobilizações Corpóreas

AOA

Rubricas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Imobilizações Corpóreas:			
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-
Equipamento de Carga e Transporte	134 385 794	5 436 947	128 948 847
Equipamento Administrativo	18 112 076	12 933 330	5 178 746
Equipamento Informático	71 700 844	52 112 516	19 588 328
Mobiliário Diverso	74 964 786	18 780 615	56 184 172
Mobiliário Social	16 887 641	6 680 806	10 206 834
Outras Imobilizações	9 698 938	2 655 553	7 043 386
	<b>325 750 079</b>	<b>98 599 797</b>	<b>227 150 313</b>

Os movimentos ocorridos na rubrica de imobilizações corpóreas foram os seguintes:

## Movimento das Imobilizações Corpóreas (Valores Brutos)

AOA

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Regularizações	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Equipamento de Carga e Transporte	-	-	134 385 794	-	-	134 385 794
Equipamento Administrativo	14 729 425	-	3 382 651	-	-	18 112 076
Equipamento Informático	53 786 283	-	17 914 561	-	-	71 700 844
Mobiliário Diverso	16 945 219	-	58 019 567	-	-	74 964 786
Mobiliário Social	6 649 299	-	10 238 342	-	-	16 887 641
Outras Imobilizações	5 331 572	-	4 367 366	-	-	9 698 938
	<b>97 441 798</b>	-	<b>228 308 281</b>	-	-	<b>325 750 079</b>

## Movimento das Amortizações do Imobilizado Corpóreo

AOA

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Regularizações	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Equipamento de Carga e Transporte	-	5 436 947	-	-	-	5 436 947
Equipamento Administrativo	7 167 699	5 626 750	136 880	-	-	12 933 330
Equipamento Informático	33 269 304	15 952 620	2 890 593	-	-	52 112 517
Mobiliário Diverso	7 190 959	6 282 263	4 346 585	-	-	17 819 807
Mobiliário Social	4 264 490	1 739 454	1 637 670	-	-	7 641 614
Outras Imobilizações	377 340	1 492 819	785 393	-	-	2 655 552
	<b>97 441 798</b>	-	<b>228 308 281</b>	-	-	<b>325 750 079</b>

Em 2012 foram efectuadas amortizações extraordinárias para o mobiliário e equipamentos em desuso, com o objectivo de adequar os procedimentos internos aos princípios contabilísticos relativos ao imobilizado corpóreo em desuso.

### 1.10. Disponibilidades

AOA

RUBRICAS	2012	2011
<b>Valor Bruto</b>		
Saldo do Fundo Permanente (BAI)	<u>3 851 912</u>	-

Nos termos do artigo 17º do Decreto Presidencial 320/11, de 30 de Dezembro e do despacho do Sr. Ministro das Finanças, a CMC dispõe de uma conta de depósito a ordem no Banco BAI, para o pagamentos de despesas de pequeno montante, que pela sua importância e celeridade, necessitam de um modo expedito de pagamento.

### 1.11. Outros Activos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2012 a composição da rubrica de outros activos correntes foi a seguinte:

AOA

RUBRICAS	2012	2011
<b>Subvenção a receber</b>		
Referente a despesa corrente incorrida	15 468 674	34 916 569
<b>Encargos a repartir por períodos futuros</b>		
Rendas	-	15 141 130
Benfeitorias do Edifício	49 929 838	-
Seguros	23 293 956	19 825 785
Outros encargos diversos	7 327 985	-
	<u>96 020 453</u>	<u>69 883 484</u>

O saldo da rubrica de Outros Activos Correntes em 31 de Dezembro de 2012, reflecte os valores dos seguros, das benfeitorias às instalações da CMC e de outras despesas incorridas mas relativas ao exercício de 2013.

### 1.12. Fundo Patrimonial

#### Movimentos do Fundo Patrimonial

AOA

Rubricas	Saldo Inicial	Regularizações	Diminuições	Saldo Final
Fundo Patrimonial	48 818 623	-	-	48 818 623
	<u>48 818 623</u>	-	-	<u>48 818 623</u>

Esta rubrica reflecte o valor dos activos com que a tutela dotou a CMC no início da sua actividade, bem como aqueles adquiridos pela instituição antes da adopção da contabilidade patrimonial.

**1.14. Resultados transitados****Movimentos da Conta de Resultados Transitados****AOA**

<b>Rubricas</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Regularizações</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Saldo Final</b>
<b>Saldo Inicial:</b>	(30 394 137)	-	-	(30 394 137)
<b>Movimentos no Período:</b>	-	-	-	-
Aplicação de Resultados	-	-	-	-
Erros Fundamentais	-	-	-	-
Alterações de Políticas Contabilísticas	-	-	-	-
Transferência dos Resultados do Exercício Anterior	-	-	(6 488 305)	(6 488 305)
	<b><u>(30 394 137)</u></b>	-	<b><u>(6 488 305)</u></b>	<b><u>(36 882 442)</u></b>

Em 31 de Dezembro de 2012, a conta de resultados transitados apresenta um saldo de 36 882 442 AOA, correspondente ao valor gerado pelas amortizações do imobilizado da CMC desde 2006.

**1.18. Provisões para Outros Riscos****Movimentos de Provisões**

<b>Rubricas</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Regularizações</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Saldo Final</b>
Provisões para outros riscos e encargos	874 501	-	(874 501)	-
	<b><u>874 501</u></b>	-	<b><u>(874 501)</u></b>	<b><u>=</u></b>

A rubrica de provisões apresenta um saldo final de 0 AOA, decorrente da utilização da provisão criada no exercício de 2011 anteriores para ao pagamento de responsabilidades incertas com fornecedores.

**1.19. Contas a Pagar****Composição de Saldos de Fornecedores****AOA**

<b>RUBRICAS</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Valor Bruto</b>		
Fornecedores C/C	1 198 511	-
	<b><u>1 198 511</u></b>	<b><u>=</u></b>

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo de contas a pagar refere-se aos valores de serviços de consultoria solicitados pela CMC e não liquidados.

### 1.21. Outros Passivos Correntes

AOA

RUBRICAS	2012	2011
Encargos a pagar (Remunerações e Outros Encargos)	15 488 674	34 946 569
Proveitos a repartir por períodos futuros (especialização de receitas correntes do OGE)	84 079 681	34 966 915
Subsídios ao Investimento (especialização de receitas do OGE)	226 935 846	32 361 324
	<b><u>326 484 201</u></b>	<b><u>102 274 808</u></b>

Em 31 de Dezembro de 2012, a CMC tinha registado nos seus livros as suas responsabilidades por conta da remuneração do mês em férias dos seus funcionários e o valor dos investimentos efectuados mas não amortizados.

### Movimentos do Fundo Patrimonial

AOA

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transferência para Resultados	Saldo Final
Subsídios ao Investimento do Exercício Anterior	32 361 324	-	(19 051 457)	13 309 867
Subsídios ao Investimento do Exercício Corrente	-	228 308 281	(14 682 302)	213 625 979
	<b><u>32 361 324</u></b>	<b><u>228 308 281</u></b>	<b><u>(33 733 759)</u></b>	<b><u>226 935 846</u></b>

### 1.24. Outros Proveitos Operacionais

A rubrica de outros proveitos operacionais é detalhada como segue:

### Movimentos do Fundo Patrimonial

AOA

RUBRICAS	2012	2011
Serviços Suplementares	-	-
Royalties	-	-
Subsídios à Exploração (a)	1 097 283 068	624 749 045
Subsídios a Investimentos (b)	33 733 756	6 067 637
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	-	-
	<b><u>1 131 016 826</u></b>	<b><u>630 816 682</u></b>

(a) Corresponde às receitas correntes recebidas do OGE. As receitas apresentadas foram devidamente especializadas de acordo com o princípio contabilístico do acréscimo, pelo que diferem da receita apresentada em termos de execução orçamental;

(b) Corresponde à especialização contabilística das receitas de capital provenientes do OGE, cujo proveito é reconhecido de acordo com a política descrita no ponto 14.3.2.3 e)..

Em 2012 foram efectuadas amortizações extraordinárias para o mobiliário e equipamentos em desuso, com o objetivo de adequar os procedimentos internos aos princípios contabilísticos relativos ao imobilizado corpóreo em desuso.

### 1.28. Custos com o Pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

AOA

RUBRICAS	2012	2011
<b>Custos com Pessoal</b>		
Remunerações	438 919 841	330 915 955
Encargos s/ Remunerações	29 669 803	17 574 265
Outras Despesas com Pessoal	46 140 767	11 957 123
	<b><u>514 730 411</u></b>	<b><u>360 447 343</u></b>

A CMC paga a todos os seus funcionários a remuneração base, os complementos remuneratórios (remunerações) e a totalidade dos subsídios de férias e de Natal. Para os funcionários que ocupam postos de chefia, a instituição também paga o subsídio de representação.

### 1.29. Amortizações

Em 2012 foram efectuadas amortizações ordinárias do imobilizado no valor de 36 532 853 AOA, com a seguinte distribuição:

#### Amortizações do Exercício

AOA

RUBRICAS	2012	2011
<b>Imobilizações Corpóreas</b>		
Terrenos e Recursos Naturais	-	-
Equipamento de Carga e Transporte	5 436 947	-
Equipamento Administrativo	5 628 750	1 674 397
Equipamento Informático	15 952 620	8 292 414
Mobiliário Diverso	6 282 263	676 431
Mobiliário Social	1 739 454	1 637 239
Outras Imobilizações	1 492 819	185 461
	<b><u>36 532 853</u></b>	<b><u>12 555 942</u></b>

### 1.30. Outros Custos e Perdas Operacionais

AOA

RUBRICAS	2012	2011
<b>Fornecimentos e Serviços de Terceiros:</b>		
Combustíveis	1 369 051	250 000
Água	-	53 386
Materiais de Consumo Corrente Especializado	4 348 527	2 493 381
Outros Fornecimentos	46 545 142	45 049 500
Comunicação	26 293 987	5 789 133
Seguros	1 509 656	1 119 100
Rendas	89 868 465	-
Deslocações e Estadas	36 918 629	66 808 373
Conservação e Reparação	158 719 597	15 589 264
Limpeza, Higiene e Conforto	677 231	-
Assistência Técnica	-	2 136 132
Trabalhos Executados no Exterior	14 870 189	-
Vigilância e Segurança	6 033 420	3 000 300
Outros Serviços	195 180 934	121 932 327
Impostos	213 861	-
Outros Custos e Perdas Operacionais	-	-
	<b><u>582 548 689</u></b>	<b><u>264 220 896</u></b>

### 1.31. Resultados Financeiros

Esta rubrica reflecte o valor das comissões por serviços bancários pagas ao BAI.

#### Despesas Serviços Bancários

AOA

RUBRICAS	2012	2011
Serviços Bancários	3 967	-
	<b><u>3 967</u></b>	<b><u>=</u></b>

### 1.33. Resultados Não Operacionais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

AOA

RUBRICAS	2012	2011
<b>Custos e Perdas não Operacionais:</b>		
Amortizações Extraordinárias	9 797 121	-
	<b><u>9 797 121</u></b>	<b><u>=</u></b>

Em 31 de Dezembro de 2012 o saldo da rubrica Custos e Perdas Não Operacionais representa o valor da amortização extraordinária efectuada para reflectir o valor contabilístico do imobilizado retirado de serviço (abate do imobilizado).

### 1.37. Contingências

A 31 de Dezembro de 2012, são identificadas algumas contingências, decorrentes de 2009 e 2010, conforme seguidamente se descreve:

- Em exercícios anteriores a CMC contratou serviços no valor de 43 253 083 AOA (valor estimado), não relacionados com as atribuições da Instituição e que, de acordo com as regras de enquadramento orçamental vigentes, não podem agora ser liquidados com o orçamento corrente da Instituição;
- Em exercícios anteriores a CMC contratou serviços, cujo valor global ascenderia a cerca de 1 milhão de euros. Esses serviços nunca terão sido prestados, subsistindo dúvidas quanto à efectiva responsabilidade da CMC para com o referido fornecedor.

### 1.40. Outras Informações – Execução Orçamental

#### Execução Orçamental do Exercício de 2012

AOA

Rubricas	Saldo Inicial	Regularizações	Diminuições	Saldo Final
<b>Despesas Correntes</b>				
<i>PESSOAL</i>				
Vencimentos do Pessoal do Quadro	332 343 623	332 126 956	216 667	100%
Vencimentos de Outro Pessoal Civil	33 152 143	32 400 422	751 721	98%
Subsídios do Pessoal	64 230 920	64 225 891	5 029	100%
Remunerações Eventuais	24 628 571	24 628 570	1	100%
Décimo Terceiro Mês	26 290 777	26 290 777	-	100%
Contribuições para a S. Social	32 991 288	32 640 920	350 368	99%
Abono de Família	241 675	-	241 675	0%
<i>SUBTOTAL</i>	<b><u>513 878 997</u></b>	<b><u>512 313 536</u></b>	<b><u>1 565 461</u></b>	<b><u>100%</u></b>
<i>BENS E SERVIÇOS</i>				
Combustíveis e Lubrificantes	2 188 496	1 869 771	318 725	85%
Viveres e Géneros Alimentícios	33 053 178	16 862 363	16 190 815	51%
Material C. Corrente Especializado	4 809 067	4 809 067	-	100%
Outros Materiais de Consumo Corrente	1 247 695	1 247 667	28	100%
Materiais e Utensílios D. Especialidade	888 688	239 722	648 966	27%
Outros Materiais e Utensílios Duradouros	-	-	-	0%
Serviços de Comunicação	28 222 293	28 081 376	140 917	100%
Serviços de Saúde	14 384 402	14 161 034	223 368	98%
Serviços de Ensino	27 766 667	27 437 975	328 692	99%
Serviços de Energia e Águas	-	-	-	0%
Serviços de Limpeza e Saneamento	1 036 880	677 231	359 649	65%
Serviços de Manutenção e Conservação	172 767 701	172 389 563	378 139	100%
Seguros	14 436 046	13 915 149	520 897	96%
Bilhetes de Passagens	29 733 637	29 531 674	201 963	99%
Subsídio de Deslocação	20 811 332	20 048 681	762 651	96%
Serviços de Transportação	1 281 030	1 281 030	-	100%
Outros Serviços	321 707 243	321 014 896	692 347	100%
<i>SUBTOTAL</i>	<b><u>674 334 356</u></b>	<b><u>653 567 198</u></b>	<b><u>20 767 158</u></b>	<b><u>97%</u></b>
<i>TOTAL CORRENTES</i>	<b><u>1 188 213 353</u></b>	<b><u>1 165 880 734</u></b>	<b><u>22 332 619</u></b>	<b><u>98%</u></b>
<i>INVESTIMENTOS DIVERSOS</i>				
Meios e Equipamentos de Transportes	140 530 569	134 385 794	6 144 775	96%
Equipamento de Processamento de Dados	18 379 250	17 914 561	464 689	97%
Outros Bens de Capital Fixo	76 132 279	76 007 926	124 353	100%
<i>TOTAL CAPITAL</i>	<b><u>235 042 098</u></b>	<b><u>228 308 281</u></b>	<b><u>6 733 817</u></b>	<b><u>97%</u></b>
<i>TOTAL</i>	<b><u>1 423 255 451</u></b>	<b><u>1 394 189 015</u></b>	<b><u>29 066 436</u></b>	<b><u>98%</u></b>

## 15. Relatório de Auditoria



Ernst & Young Angola, Lda.  
Avenida 4 de Fevereiro, 95  
2º Andar - 23 D  
Luanda  
Angola  
Tel: +244 222 336 295 / 371 390  
Fax: +244 222 336 295  
www.ey.com

### Relatório do Auditor Independente

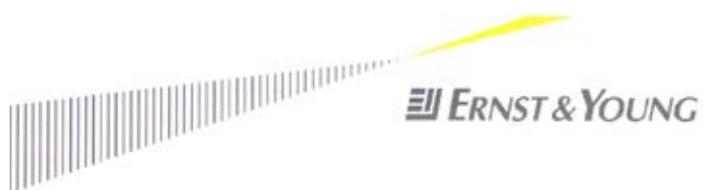
Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Comissão do Mercado de Capitais, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 327.022.677 Kwanzas e um total de capital próprio negativo de 660.035 Kwanzas, incluindo um resultado líquido negativo de 12.596.216 Kwanzas), a Demonstração dos Resultados por Naturezas relativa ao exercício findo naquela data, bem como as Notas às Contas.

#### Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devidas a fraude ou a erro.

#### Responsabilidade do auditor

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.



2

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da Comissão do Mercado de Capitais, em 31 de Dezembro de 2012, e o seu desempenho financeiro relativo ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

Luanda, 3 de Abril de 2013

A handwritten signature in blue ink that reads "Ernst &amp; Young".

Ernst & Young Angola, Lda.

## Mensagens da Equipa



O ano de 2012 marcou o relançamento do mercado de capitais em Angola, com a apresentação, aprovação e institucionalização da estratégia para o período de 2012-2017, tendo em vista a dinamização mercado secundário de títulos de dívida pública e corporativa, bem como dos fundos de investimento, em alinhamento com a política do Governo para este segmento do sistema financeiro nacional.

### **Hélder Cristelo, Coordenador, Finanças.**

A concepção do Plano de Acção da CMC, em 2012, demarcou de jure e de facto, o início de um processo irreversível de reforma do “quadro legal básico”, de fomento dos mercados regulamentados e de consolidação da instituição, na arquitectura regulatória do sistema financeiro nacional. No entanto, o focus no médio e longo prazos deverá consistir no enriquecimento da cultura jurídica nacional, associada à uniformização de conceitos e sobre o mercado de capitais, incremento da literacia financeira e condução dos mercados regulamentados para a transparência e liquidez.

### **Zacarias Neto, Coordenador, Dinamização da Dívida.**

Durante o ano de 2012, a CMC colocou em marcha uma série de processos que irão servir como alicerces da actividade de supervisão do mercado de valores mobiliários. Processos esses que passam pela elaboração de procedimentos internos de funcionamento da própria instituição.

### **Carla Sousa, Coordenadora, Serviços Gerais.**

Durante o ano de 2012 foi levada a cabo a reforma da base legislativa estrutural do mercado de capitais angolano, a que se seguiu uma revisão importante na Lei dos Valores Mobiliários.

Este compromisso não deixou, naturalmente, de implicar uma reestruturação interna da CMC, materializada na criação de Grupos de Trabalhos nas várias áreas que compõem a instituição. Pretende-se, assim, que a nova orgânica da Autoridade de Supervisão traduza a firme vontade de se continuar a trabalhar para a promoção e credibilização do mercado de valores mobiliários angolano e, sobretudo, para a protecção dos investidores.

### **Eduardo Nteka, Técnico, Supervisão de Fundos de Investimento.**

O ano de 2012 testemunhou o início de um processo tanto incontornável como irreversível, pautado pela formulação de uma série de regras, que à primeira vista parecendo desconectadas, perfazem uma resposta às necessidades sócio-económicas, típicas de uma sociedade em desenvolvimento após décadas de estagnação. A regulamentação funcional do mercado de capitais é uma peça central do processo de desenvolvimento do mercado financeiro, sem querer atingir a perfeição do mesmo, mas pretendendo a todo o momento conferir um elevado grau de prudência para “almofadar” os efeitos colaterais da interdependência existente na aldeia global a que pertencemos.

Estamos assim a caminhar a passos largos, mas seguros, para um regime regulador que permitirá aos agentes de mercado cumprir com regras prudenciais.

### **Rui Livramento, Coordenador, Compliance e Controlo Interno.**



Ao longo do ano transacto, a CMC conquistou marcos importantes no que concerne à regulamentação e definição de medidas e acções de fiscalização, o que demonstra o virar de uma página no desempenho das actividades da instituição. Contudo, ainda há muito a ser feito no decorrer dos próximos anos, de forma a que a execução estratégica alinhada pela Administração da CMC, contribua positivamente para que o mercado de capitais nacional seja uma referência no sector financeiro angolano.

**Nimi Cristóvão, Técnico, Comunicação e Apoio ao Investidor.**

O ano 2012 ficou marcado pela crescente afirmação da Comissão do Mercado de Capitais como instituição encarregue da supervisão, regulação e promoção do mercado de capitais. No âmbito da regulação e de modo a garantir a adequação periódica dos instrumentos legais que permitam o exercício de supervisão e regulação da CMC, foram determinadas as novas bases legais para assegurar as regras necessárias ao funcionamento dos mercados definidos no Plano de Acção. De facto, perspectivamos que, com a aprovação das referidas Leis, o interesse dos agentes económicos nacionais e estrangeiros acentuar-se-á, originando um número crescente de pedidos de autorização para a constituição de Instituições Financeiras não Bancárias ligadas ao Mercado de Capitais, registo de ofertas públicas, de fundos de investimento, etc., dinamizando, deste modo, a implementação do mercado de valores mobiliários em Angola.

**Nádia Pinto, Coordenadora, Política Regulatória e Normas.**

O ano de 2012 na CMC foi repleto de importantes realizações. É o caso do “Plano estratégico da CMC” para os próximos cinco anos aprovado pelo Executivo. Isso aliado ao esforço colectivo de pessoas sérias, tem feito a instituição funcionar e alcançar outros grandes feitos. Concomitantemente a isso, com o propósito de ver o plano implementado nos próximos anos, a CMC augura desafios, tal como o fortalecimento das relações institucionais entre os organismos de supervisão do mercado nacional e internacional. Ao final de mais um exercício, temos convicção de que o constante apoio do Ministério das Finanças (órgão de tutela), aliado à irrestrita confiança e determinação dos técnicos da CMC sob liderança da alta direcção, teremos um poderoso diferencial de actuação nos próximos anos, suportado por uma estratégia, que coloca a CMC em condições de empreender e inovar para seguir crescendo com Angola.

**José Lopes, Técnico, Cooperação Internacional.**

COMISSÃO DO MEI  
CA